

## Partidos, eleições, dinâmica política (1975-1991)

Por razões que não conheço, tive desde muito cedo a percepção de me encontrar no meio de uma cadeia de gerações: dou o meu contributo, faço avançar um pouco as coisas, mas estou dentro de uma cadeia de gerações [...] O modo como as coisas vão continuar depois é responsabilidade das gerações futuras.

NORBERT ELIAS, *Norbert Elias par lui-même*, Fayard, 1991 (1990), p. 52.

A modificação das configurações sociais está ligada de modo muito estreito à possibilidade de transmitir às gerações seguintes, sob a forma de um conhecimento sociológico adquirido, as experiências dessa geração. Esta permanente acumulação social do conhecimento contribui para a evolução das formas das sociedades humanas e para a modificação das constelações formadas pelos homens. Mas a continuidade da acumulação e da retransmissão do conhecimento pode ser rompida. O aumento do conhecimento não implica a modificação genética da espécie humana. As experiências socialmente adquiridas podem perder-se.

NORBERT ELIAS, *La société de cour*, Flammarion, 1985 (1969), p. XLVI.

### 1. PRETEXTO

Este é o primeiro texto que escrevo para a *Análise Social* sem poder ter a ajuda de Adérito Sedas Nunes, sem poder beneficiar com a sua crítica serena, com as suas persistentes recomendações para ter maior ponderação nas conclusões, muitas vezes apressadas ou simplesmente triviais, quando inseridas no quadro da teoria disponível para que, com especiais cuidados, me tentava orientar, corrigindo a minha indisciplina. Durante mais de vinte anos convivi, mesmo à distância, com a sua resignação pessimista, com a sua trágica relação com as exigências da ética da responsabilidade, que lhe impediam a aceitação dos constrangimentos colocados pela ética da convicção e que o mantiveram sempre distante do que observava. Continuo sem saber se foi este o principal

---

\* Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

ensinamento que me deixou ou se terá antes sido o seu exemplo de permanente atenção à sociedade portuguesa, à sua multiplicidade ainda mais do que ao seu dualismo, à impossibilidade analítica de lhe impor um único modelo, teórico ou político. De todas as influências que reconheço, a mais importante, certamente a mais sensível, foi a que me deixou o Adérito, talvez porque tenha sido a mais débil, a mais serena, uma simples atitude de confiança. Por isso, é também aquela cuja falta mais sinto, que não é substituível pela memória, porque nascia do contacto directo, do entendimento mútuo, das divergências respeitadas.

Apesar de escrito com essa finalidade, não consegui fazer deste texto um pretexto de homenagem tradicional. A amizade e a afinidade existem no tempo, existem antes, agora e depois, não se traduzem em homenagens. Por isso, este texto, escrito para um número especial da *Análise Social*, é apenas o primeiro que escrevo sem poder contar com a leitura do Adérito. É este o seu estatuto: nem mais, nem menos — como o Adérito queria que fosse. Que cada um continue, como puder, a sua mensagem, qualquer que seja o modo como a interprete.

### 1.1. O OBJECTIVO

O tema deste texto é o registo comentado de oito eleições, as eleições legislativas realizadas em Portugal desde 1975. A sua finalidade, porém, não se limita a uma descrição; o objectivo real é a tentativa de esclarecimento do que pode ser a dinâmica do sistema político depois destas oito eleições. Dentro deste objectivo real, a intencionalidade última é testar a hipótese de que se chegou ao fim de um ciclo político em 1991 (que se poderia designar como o ciclo que vai da fundação à consolidação do sistema político, ou da instabilidade inicial à maturidade), abrindo-se um novo período, que poderá ou não vir a apresentar-se também sob a forma de um novo ciclo, que se poderá designar como o período da adaptação às tensões da modernização.

Dezasseis ou dezassete anos é um intervalo de tempo como outro qualquer, não tem nenhum significado especial. Mas ter passado de fases de coligação de partidos, de governos minoritários ou de governos de iniciativa presidencial, com executivos de curta duração e significativas tensões institucionais, para duas eleições com maiorias absolutas repetidas para um só partido num sistema partidário com quatro ou cinco partidos relevantes e com legislação eleitoral de tipo proporcional deverá aparecer, na sua sequência e nos seus efeitos, como um sinal forte de que se evoluiu no sentido da maturação do sistema político que teve a primeira expressão objectiva do seu sistema partidário nas eleições de 1975. No mesmo sentido parece apontar a tendência, perceptível na evidência superficial oferecida pela evolução dos resultados eleitorais, de concentração das escolhas do eleitorado em dois grandes partidos, aparecendo o efeito global menos como uma dualização do sistema partidário do que como

um processo de formação de dois pólos de hegemonia, de uma dupla hegemonia<sup>1</sup>. Finalmente, poderá considerar-se que é uma confirmação dessa linha evolutiva de consolidação do sistema político a normalização, pelo menos ao nível superficial, das relações institucionais, com a estabilização da interpretação do que deve ser o equilíbrio de poderes entre o Presidente da República, a Assembleia da República e o governo.

Quando se consideram estes sinais, parece razoável concluir-se que se realizou, com êxito, a passagem da instabilidade inicial para a normalização das relações políticas, não se devendo esperar grandes alterações para os quadros de possibilidades futuras. Haveria uma identidade própria deste período, mas não se justificaria procurar aqui um ciclo e, muito menos, o anúncio de alterações significativas para o futuro. Em si mesma, a estabilidade nas relações políticas deveria estar associada a uma tendência forte para a sua continuada reprodução.

Poderá ser diferente a conclusão quando se considera o modo como o sistema político português tem respondido a mudanças políticas que lhe são exteriores, que não são directamente produzidas pelo funcionamento do sistema político, mas que são geradas por estímulos e alterações de condições ou de referenciais de orientação originados em outros sistemas políticos ou em transformações de condições sociais globais.

Nesta segunda perspectiva, haverá que conjugar, neste mesmo período, as reacções a duas crises do petróleo, a alteração ocorrida na credibilidade social das práticas de intervencionismo do Estado na economia (com relevo para o valor social das políticas de nacionalizações), o efeito de adesão à Comunidade Europeia e o efeito mais geral da evolução das sociedades modernas, com alterações significativas das clivagens políticas estruturantes dos partidos e com as consequências da ruptura da ordem mundial estabelecida desde o fim da Segunda Guerra Mundial. Perante este conjunto de transformações dos quadros e valores tradicionais de muitos partidos políticos, o período que se inicia em 1975 não tem fácil comparação com qualquer outro, devendo esperar encontrar-se uma grande dificuldade de absorção destes choques por parte de um sistema político, designadamente quando está a evoluir de uma fase de instalação para uma fase de maturação. Esta dificuldade de absorção dos choques poderá, por sua vez, justificar a previsão de uma acumulação de tensões de modernização que se revelam de modo súbito, explicitando, numa concentração inesperada,

---

<sup>1</sup> Sobre a dupla hegemonia, v. Joaquim Aguiar, «Dinâmica do sistema partidário: condições de estabilidade», in *Portugal: o Sistema Político e Constitucional, 1974-1987*, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa, 1989, antes publicado na *Revista de Estudos Políticos*, n.ºs 60-61, Madrid, 1988. Importa manter a distinção entre dupla hegemonia (dois partidos que constituem dois núcleos de atracção em relação a posições políticas de dois quadrantes de localização dos eleitores, mas que não estão impossibilitados de estabelecerem alianças pontuais ou mesmo coligações de governo) e bipolarização (em que esta possibilidade de aliança e de coligação está excluída e é abertamente recusada para favorecer a concentração do voto em cada quadrante, de modo que os espaços de aliança sejam apenas dois e incommunicáveis).

as insuficiências e os atrasos do processo interno de modernização. De facto, uma observação superficial levaria a concluir que a evolução do sistema político no sentido da estabilidade, apesar de todos estes choques, apenas reforça o diagnóstico básico da maturação. Mas, se essa estabilidade se verificou com atraso do processo de modernização, ela assenta num equívoco, em alicerces mal calculados, e fica ameaçada se vier a manifestar-se uma crise de modernização que, sem ser de origem política, se repercutirá nas condições políticas.

Entre a origem destes sistemas partidário e político e as vicissitudes dos seus funcionamentos, entre as problemáticas e as previsões que eram dominantes na sua fase de instalação e o que são as problemáticas e os quadros de possibilidades na sua fase de maturação, a única verdadeira continuidade é a forma institucional do sistema político (estabelecida desde 1976, em grande medida como consequência dos resultados eleitorais de 1975, e depois só ajustada em pequenos pormenores), pois nem o formato definido pelo número de partidos, nem as suas designações formais, nem, muito menos, os programas integrantes do sistema partidário, resistiram aos choques gerados pela evolução da sociedade portuguesa, fossem eles choques endógenos ou induzidos do exterior.

Não obstante estas diferenças consideráveis entre os extremos deste período, a visão mais comum, que parece ser justificada pela tendência dos resultados eleitorais, é a de uma efectiva continuidade de personalidades, de modos de acção política ou até mesmo de formulação dos objectivos políticos e das concepções estratégicas — em suma, de um caminho bem sucedido entre as incertezas da origem e as seguranças da maturidade. Apesar da intensidade das mudanças, geradas em dinâmicas sociais internas ou induzidas do exterior, tanto o sistema partidário como o sistema político têm revelado uma suficiente capacidade de absorção dos choques e uma efectiva capacidade de adaptação a novos quadros de circunstâncias e de acção política.

Será seguro prever a manutenção desta tendência ou será ela apenas uma ilusão provocada pela óptica de observação que se utiliza? Não será esta «maturação na continuidade» um sinal poderoso de que se avizinham mudanças em profundidade, geradas por um atraso do processo de modernização que tem sido encoberto por esta aparência de continuidade, por esta ilusão de maturidade do sistema político, quando, de facto, o que existe é um atraso no reconhecimento e na formulação de respostas consistentes aos problemas da modernização? São perguntas que podem parecer excessivas, talvez mesmo interpretáveis como uma «provocação» política quando colocadas num período que se pode caracterizar como de normalidade democrática ou mesmo de efectiva solidariedade das instituições políticas, sem que se evidenciem acentuadas clivagens políticas e quando as escolhas oferecidas pelos partidos ao eleitorado não são muito diferentes. Porém, a análise política não pode deixar de questionar o que apareceria como excepção, ou mesmo como paradoxo: como explicar que o sistema partidário português tenha resistido aos factores de perturbação, de desagregação, de flutuação dos eleitorados, ou mesmo de

ruptura, que se encontram em todos os outros sistemas partidários europeus, apesar do seu mais longo tempo de maturação e da sua maior experiência acumulada de superação de crises políticas?

O objectivo deste texto será, assim, a procura e a tentativa de identificação dos sinais de mudança ou de crise no que parece ser, numa observação superficial, uma tendência de estabilização de comportamentos eleitorais e de maturação do sistema político, ainda que essa tendência tenha sido obtida à custa de alterações pronunciadas na forma do sistema partidário. Para fundamentar esse objectivo «perverso», os números eleitorais são apenas elementos instrumentais. O que realmente importa é o modo de os mostrar, explorando o que eles revelam, para além das suas evidências superficiais e dos seus efeitos políticos imediatos na formação do poder político. Esse é o trabalho corrente dos analistas e dos preparadores de estratégias políticas: tentar encontrar padrões significativos a partir dos números eleitorais, sabendo que eles não são detectados de modo espontâneo e que haverá um tempo de maturação para que esses padrões latentes se cristalizem em evidências colectivas, isto é, para que as possibilidades políticas se traduzam em resultados eleitorais. Na perspectiva que aqui será usada, interessa mais a interpretação dos sentidos da evolução do que uma estrita análise dos números de cada eleição ou das suas consequências imediatas na formação do poder político em obediência às normas constitucionais.

## 1.2. AS CONFIGURAÇÕES

A relação política (tanto na perspectiva da acção como na perspectiva da análise) implica a consideração de um sistema que, na sua versão mínima mais simples, contém três vectores, cada um deles formando um subsistema específico. Um desses vectores é de tipo formal ou definidor de regras de funcionamento legítimo do sistema político, contendo as normas de validação de procedimentos formalizadas no texto constitucional. Outro vector é de tipo estratégico, contendo as entidades (partidos e personalidades), os programas e as bases eleitorais que determinam o peso relativo das forças políticas e as possibilidades de combinação dessas forças políticas em fórmulas de poder. O outro vector é constituído pelas expectativas sociais, pelas problemáticas socialmente reconhecidas como políticas e pelas condições de realização de objectivos, usando meios políticos, delimitando, assim, o campo de acção política. É da articulação destes três vectores (que não são numerados para que não se cometa o erro de os hierarquizar) que resulta a interpretação da relação política, não sendo possível obter resultados satisfatórios quando apenas se considera um deles. Todavia, esta ainda é a versão mínima, a mais simples deste sistema, pois só considera em termos implícitos (através dos programas, das expectativas e problemáticas e das condições de realização dos objectivos) o efeito de outros

vectores (forças económicas, forças ideológicas e institucionais, como a Igreja e as forças armadas, forças e condicionamentos resultantes do sistema de relações internacionais).

Mesmo nesta versão mínima do sistema de relação política que aqui será usado (e que é suficiente para o objectivo deste texto) é compreensível que se trata de um sistema sensível às suas condições iniciais e à passagem do tempo<sup>2</sup>. Mas isto implica que o sistema de relação política tenha de ser definido não apenas pelos componentes que o integram (que são meras denominações temáticas ou modos de organização de variáveis), mas também pelas formas diversas que vai tendo em função da passagem do tempo e das sucessivas fases dos seus estados a partir de um certo estado inicial que vai sendo transformado pelos choques gerados na evolução das problemáticas políticas. Ainda que um sistema de relação política possa manter por um longo período a «mesma» forma, ele é, de facto, sempre «diferente» — mas os conteúdos do «mesmo» e do «diferente» só têm sentido para um analista que se coloque numa posição reflexiva, de distanciamento mediado pela teoria, pois para os indivíduos concretos integrados numa sociedade e num sistema de relação política, condicionados pela necessidade das decisões dentro de um quadro que lhes aparece como habitual, esta distinção não tem valor operatório<sup>3</sup>, ou só o tem em circunstâncias excepcionais de transformação do sistema de relação política (quando a própria intensidade da mudança produz a alteração da forma e gera a necessidade da reflexão ao quebrar, ou parecer quebrar, as continuidades com o passado).

Esta questão é essencial para a análise de eleições, onde a convergência de um grande número de escolhas de um grande número de indivíduos pretende gerar uma resposta política simples. O resultado eleitoral é esta resposta simples (por muito complexa que seja a situação política após as eleições, a resposta do eleitorado não deixa de ser simples) — ou seja, não é no resultado das eleições que está a dificuldade interpretativa. O objecto real da análise das eleições deverá ser a interpretação do processo colectivo que gerou esse

---

<sup>2</sup> O tempo político é assimétrico, não há reversibilidade, o futuro não mantém as mesmas relações e as mesmas sequências do passado, mesmo que o sistema político seja estável, isto é, consiga absorver os choques em condições de poder manter a sua forma. Simultaneamente, o estado inicial de um sistema político condiciona o modo como pode responder a esses choques, constituindo-o como um caso específico, como uma singularidade, mesmo quando se integra numa família geral de sistemas políticos (por exemplo, nos sistemas democráticos) ou numa mesma problemática civilizacional (por exemplo, o processo de modernização numa certa época).

<sup>3</sup> As exigências da reflexividade ou do autoquestionamento não podem ser generalizáveis a grandes grupos de composição variada como é um eleitorado. De facto, a combinação da necessidade de reflexividade em períodos de mudança rápida com a incapacidade para satisfazer essas exigências por parte do eleitorado tem o resultado prático de um aumento da incerteza, da indefinição de posições, de ansiedade e de insegurança, com a conseqüente flutuação das escolhas eleitorais (v. Anthony Giddens, *The Consequences of Modernity*, Cambridge, Polity Press, 1990, e Pierre Bourdieu (dir.), *La misère du monde*, Paris, Seuil, 1993, para a ilustração da importância da mudança dos referenciais de orientação perante os processos de modernização).

resultado — e esse processo colectivo, por mais que estejam difundidos os meios de informação e de formação política, será sempre diferente daquele que corresponderia a um processo estritamente reflexivo, formado por escolhas em que todos os indivíduos procurassem ser estritamente conscientes das consequências dessas escolhas. Esta passagem das escolhas individuais, que não são todas estritamente conscientes dos seus efeitos, para um resultado colectivo, que é inteiramente definidor da legitimidade do poder político, é o problema interpretativo central dos processos eleitorais<sup>4</sup>.

Esta necessidade de articular a dimensão das escolhas individuais com a dimensão da formação do colectivo constitui o núcleo da sociologia moderna e é vital para a fundação da sociologia política<sup>5</sup>. Mas também é vital para a identificação da responsabilidade política: se não se souber como passar das posições individuais, com as suas diferentes racionalidades e com os seus diferentes graus de consciência das consequências das suas opções, para as posições que aparecem como a agregação do colectivo formado por uma grande quantidade de indivíduos e que constitui o resultado político objectivo, a política só pode ter o sentido da dominação, da imposição da autoridade, mesmo que em nome do «interesse geral» ou de uma racionalidade exclusiva, afinal baseada, ainda que de modo oculto, numa ideologia específica<sup>6</sup>.

---

<sup>4</sup> Os sistemas eleitorais (maioritário, proporcional, etc., assim como a delimitação das circunscrições eleitorais) são modos de corrigir os efeitos não intencionais das escolhas, seja por amplificação, seja por redução desses efeitos, mas sempre aumentando a distância entre o que o eleitor julga escolher e a utilização que será feita do seu voto, isto é, entre a vontade política do eleitor e o resultado político das eleições. Ainda que sejam argumentados em nome da justiça, todos os sistemas eleitorais são instrumentos de tradução do voto em resultados políticos, com o objectivo de tornar estes últimos mais geradores de estabilidade do poder político do que seria a mera adição de votos dentro de uma circunscrição única. Em consequência da existência da legislação eleitoral, o eleitorado (gerador de resultados políticos) não é equivalente ao somatório dos eleitores (número de escolhas, sejam votos ou abstenções).

<sup>5</sup> A lista dos autores que têm contribuído para a clarificação deste ponto é longa, pelo que serão referidos apenas aqueles que mais de perto interessam para este texto: Giovanni Sartori, com a distinção entre a sociologia da política e a sociologia política, em «From the sociology of politics to political sociology», in *Politics and the Social Sciences*, Seymour Lipset (ed.), Oxford University Press, 1969, clarificada em *Parties and Party Systems: a Framework for Analysis*, Cambridge University Press, 1976; Norbert Elias, com o conceito de configuração social, que se pode consultar em *La société de cour*, Paris, Flammarion, 1985, e em «Trop tard ou trop tôt, notes sur la classification de la théorie du processus et de la configuration», incluído na colectânea de entrevistas e artigos *Norbert Elias par lui-même*, Paris, Fayard, 1991; Pierre Bourdieu, sobretudo com o seu conceito de «campo», que percorre quase toda a sua obra, mas que tem definições nítidas em *La noblesse d'État, grandes écoles et esprit de corps*, Paris, Minuit, 1989, *Choses dites*, Paris, Minuit, 1987, e *Réponses*, Paris, Seuil, 1992; Anthony Giddens, *The Constitution of Society: Outline of the Theory of Structuration*, Cambridge, Polity Press, 1984.

<sup>6</sup> Entre o «interesse geral» de Rousseau e a racionalidade das teorias da escolha colectiva há mais do que uma simples coincidência, há a imposição de um único modo de racionalização, que, por existir, deveria ser a configuração dominante numa sociedade, tendencialmente exclusiva, e que determinaria o que seriam os modos de referência admissíveis. Mas isso ainda é um processo de impor a generalização ao colectivo de um modo de racionalização individual, uma forma de elitismo

Ainda que a citação seja longa, a ajuda de Norbert Elias permite explicitar o que se pretende mostrar como devendo ser uma precaução elementar na interpretação de processos e de resultados eleitorais: «Nos debates habituais sobre o papel do indivíduo na história admite-se muitas vezes que a oposição entre os que, nos estudos dos fenómenos históricos, centram a sua atenção nos ‘factores individuais’ ou nos ‘factores sociais’ é inevitável e irredutível. De facto, é uma antinomia que não tem nada de real. Ela explica-se em função de duas tradições político-filosóficas, uma que considera a ‘sociedade’ como uma entidade exterior ao indivíduo e outra que considera o ‘indivíduo’ como uma entidade exterior à sociedade. Estas duas concepções são totalmente falsas. Isso é bem visível num caso concreto. A sociedade de corte não é um fenómeno que exista sem os indivíduos que a constituem; e os indivíduos que a constituem, desde o rei ao criado de quarto, não existem sem a sociedade que formam no seu conjunto. A noção de ‘configuração’<sup>7</sup> serve para expressar este estado de coisas [...] O debate extracientífico, mas também muitos debates científicos e filosóficos, partem habitualmente do homem, como se houvesse apenas um indivíduo no mundo. Pelo contrário, uma análise científica que não se baseie apenas em declarações de princípio sobre a ‘liberdade’ e o ‘determinismo’ só pode partir do que observa e que é uma grande quantidade de homens, mais ou menos dependentes uns dos outros e, ao mesmo tempo, mais ou menos autónomos e dirigindo-se a si mesmos. Enquanto um homem estiver vivo e de boa saúde, ele dispõe, mesmo que esteja prisioneiro ou até se for escravo, de um certo grau de autonomia, de uma margem de manobra, dentro da qual pode tomar decisões. Inversamente, a autonomia, a margem de manobra, mesmo do mais poderoso monarca, têm limites bem definidos; mesmo o rei está inserido numa rede de interdependências, com uma estrutura que se pode analisar de um modo rigoroso [...] As afirmações sobre a liberdade ou o determinismo absolutos do homem são puras especulações indemonstráveis que não merecem que se abra um debate sério a seu propósito<sup>8</sup>.»

A problemática que mais interessou Elias (e Bourdieu) é a da interpretação da selecção das escolhas dentro de um quadro de possibilidades: como compreender essa selecção, que se justifica a si mesma porque existe dentro de uma

---

que, para além de estar baseado numa injustiça essencial (a imposição da autoridade do intérprete sobreposta à expressão originária das diferenças), nem sequer tem a garantia de ser adequado às configurações reais que existem na sociedade (onde podem coexistir diversas racionalidades sem que alguma possa argumentar a sua superioridade de modo inequívoco).

<sup>7</sup> Sobre a utilização do termo *configuração* social ou *formação* social em Norbert Elias, v. *Norbert Elias par lui-même*, cit., p. 161. Também Pierre Bourdieu utiliza o termo *configuração*, cf. *Réponses*, cit., cap. 2, «La logique des champs». Parece mais conveniente reservar a noção de «*formação social*» para a descrição dos níveis constituintes da complexidade de uma sociedade que existe no tempo histórico, utilizando a noção de «*configuração*» para estabelecer o modo como essa sociedade é descrita, interpretada e compreendida pelos indivíduos concretos quando estruturam os seus referenciais de orientação.

<sup>8</sup> Norbert Elias, *La société de cour*, Flammarion, Paris, col. «Champs», 1985, «Avant-propos», pp. LIV e LXXII-LXXIII.



configuração específica, dentro de um referencial de avaliação dos efeitos, que lhe dá sentido. Esta questão é, naturalmente, mais complexa quando coexistem, numa mesma sociedade, diversas configurações e quando persistem configurações do passado que foram superadas pela evolução das sociedades — um contexto que se torna mais provável quando é elevado o ritmo de mudança nas sociedades.

Nem as configurações se podem identificar sem considerar as relações e os indivíduos que se expressam nessas relações, nem os indivíduos e as relações têm sentido fora da configuração que os indivíduos conhecem e usam como referência das suas acções e das suas expectativas, acabando por gerar uma concreta forma colectiva, apesar de cada um apenas prosseguir o que considera serem os seus interesses. Todos estes pontos são essenciais para que se possam estabelecer previsões sobre comportamentos que, sendo colectivos no seu resultado agregado, são, de facto, o resultado de uma grande quantidade de escolhas individuais, estabelecidas em quadros interpretativos que são diferentes (não há uma racionalidade exclusiva que se possa impor como a única adequada para todos os indivíduos) e perante expectativas também diferentes quanto ao que será a evolução do presente para o futuro (isto é, quanto ao que será a configuração relevante no futuro).

Não é possível ignorar estas questões quando se faz a análise de eleições. É limitado o interesse de análises meramente descritivas dos resultados eleitorais, na medida em que não podem ser mais do que um retrato pontual, uma indicação estática: a estabilidade desse tipo de análises é enganadora. No preciso momento em que é conhecido um resultado eleitoral está a iniciar-se o processo de reavaliação das escolhas feitas. Pelo contrário, o que interessa é o sentido desses resultados, o que só se pode identificar desde que se saiba como integrar essa indicação no eixo temporal, na dinâmica da relação política, na competição ou na conflitualidade entre configurações coexistentes.

De um modo essencial, o que se procura quando se interroga o sentido desses resultados eleitorais é uma específica capacidade de previsão, numa parte «retrospectiva» (como é que se chegou a este estado do sistema político e como se poderia prever que isso iria acontecer), noutra parte prospectiva (os novos quadros de possibilidades que ficam abertos a partir deste estado do sistema político, a sua capacidade de consolidação ou, pelo contrário, a sua provisoriedade). Porém, a possibilidade de procurar esta reconstituição do passado e esta construção do futuro está dependente de se ter resolvido a questão prévia da fórmula de agregação das escolhas individuais num específico resultado colectivo. Sem esta fórmula de agregação, o analista de eleições é apenas mais um indivíduo, um mero eleitor, que não pode estabelecer a necessária distanciação entre o que é a sua vontade política isolada e o que é o seu objecto de análise: é um eleitor (um indivíduo isolado no meio do eleitorado) e a sua análise é apenas um boletim de voto (uma escolha entre outras igualmente possíveis).

Todos aceitam que não há previsões lineares na análise de eleições: não basta conhecer o estado de partida e o processo passado que a ele conduziu para se determinar o que vai acontecer nas eleições seguintes, ainda que seja sobre esse estado de partida que as escolhas eleitorais reais se vão definir. Mas dizer que esta incerteza essencial deveria ser resolvida com a construção de múltiplos cenários alternativos (por muito útil que seja essa precaução, constituindo até um progresso em relação ao simplismo das previsões lineares) equivale a reduzir a análise de eleições a uma análise de contingências: há um mistério na passagem do presente para o futuro que se considera exterior ao campo científico, pelo que não se poderia aspirar a mais do que a formular vários quadros possíveis sem ter um critério para os hierarquizar. São menos numerosos os que aceitam que a previsão dos resultados eleitorais futuros é possível desde que se possa prever a deslocação no tempo e a transformação na forma e nos conteúdos da configuração social que é a matriz geradora das escolhas eleitorais individuais e que constitui a fórmula de agregação que se deseja encontrar quando se reconhece a necessidade de passar do eleitor para o eleitorado. Antes de prever é preciso configurar, estabelecer os padrões de referência social em que as escolhas individuais se vão definir.

Em geral, os mais significativos erros de previsão eleitoral não resultam da interferência dos interesses particulares dos analistas, nem mesmo da excessiva simplificação das variáveis que consideram. Os erros mais importantes neste domínio da análise social resultam de uma simplificação implícita da configuração ou configurações sociais utilizadas na análise, impedindo que se preste a devida atenção à evolução ocorrida no padrão da configuração social relevante<sup>9</sup>, que pode alterar e distorcer as motivações das escolhas anteriores, mesmo que cada eleitor possa considerar não ter alterado a sua posição política ou as suas referências culturais. É aqui que se concentra o «mistério» da previsão: quando se conhece a configuração social relevante, os diversos segmentos do eleitorado (no limite, cada eleitor individualizado) podem ser organizados com graus de incerteza controláveis e em condições de previsão satisfatória dos resultados eleitorais<sup>10</sup>. Quando, numa situação limite que é mais frequente do que seria razoável, se pretende impor a condições futuras uma configuração social entretanto superada, mesmo que ela ainda esteja presente nas memórias dos eleitores, as previsões feitas nessa base são simplesmente

---

<sup>9</sup> É este o principal problema com a utilização directa de sondagens na previsão de resultados eleitorais: as sondagens mantêm constante a configuração social de base, ocultando o facto essencial de não haver resultados comparáveis no tempo se não se tiver em conta que o contexto social e político se alterou. As sondagens estão sempre certas desde que tenham sido satisfeitos os seus protocolos técnicos; o que pode estar errado é o modo como essas indicações são interpretadas e usadas — e este erro tem a sua origem mais frequente na fixidez da configuração social de referência ou na sua unicidade implícita, como se não houvesse, nas sociedades modernas de mudança rápida, a coexistência de configurações sociais diferenciadas.

<sup>10</sup> Este tipo de previsão beneficia também de um outro tipo de agregação, este de tipo estatístico, inerente ao trabalho com grandes números e que esbate as singularidades individuais ou, o que é equivalente, que permite trabalhar com um pequeno grupo de configurações relevantes.

inúteis, no sentido estrito de nada terem a ver com o que se pretende analisar, e que só pode ser, neste caso, uma escolha futura em condições futuras. O passado, no sentido em que tem implícita a persistência de configurações sociais entretanto superadas pela evolução das condições sociais e das circunstâncias individuais, é a principal origem dos erros de interpretação e de previsão na análise de eleições<sup>11</sup>.

Nas situações concretas, a análise de eleições é um pouco mais complexa do que ficou descrita e essencialmente porque é preciso trabalhar com várias configurações simultâneas e não apenas com duas que contrastem o passado com o futuro. Por um lado, o colectivo social não tem uma velocidade homogénea de adaptação às mudanças, o que provoca a existência de diversas configurações de passagem ou de transição. Por outro lado, as possibilidades futuras dependem do modo como se resolvem as questões do presente, gerando saltos de configurações que inviabilizam as dinâmicas evolutivas lineares<sup>12</sup> e abrem possibilidades que não seriam concebíveis sem essa informação, que só aparece depois do acontecimento, depois de ele ter sido experimentado pelos indivíduos e pelos grupos. Finalmente, importa notar que a alteração ocorrida nos meios de comunicação para grandes audiências veio transformar, de modo radical, o processo constituinte das configurações sociais relevantes, acelerando-o e, em grande medida, homogeneizando-o<sup>13</sup>. No entanto, esta

<sup>11</sup> Do mesmo modo, o presente pode ser identificado como o mais importante factor de erro na interpretação histórica ao impor, por simetria, a configuração social actual na referenciação dos acontecimentos históricos que, de facto, ocorreram em contextos de referenciação muito diferentes (v. Jacques Rancière, *Les noms de l'histoire, essai de poétique du savoir*, Paris, Seuil, 1992, p. 84: «Os actores históricos vivem na ilusão de criar o futuro combatendo qualquer coisa que, de facto, já é passado. E a revolução é o nome genérico desta ilusão, deste falso presente do acontecimento que é a conjunção de um conhecimento inadequado e de uma ilusão: o conhecimento inadequado do carácter passado do que pensamos ser presente, a utopia de tornar presente o futuro. A revolução é a ilusão de fazer a revolução que nasce da ignorância de que a revolução já está feita.»)

<sup>12</sup> Embora sejam de difícil aplicação nas análises de eleições, os modelos da teoria das catástrofes de René Thom oferecem um quadro de analogias que tem, pelo menos, a utilidade de alertar para os processos de mutação inesperada das configurações. No mesmo sentido, e com o mesmo tipo de utilidade, podem ser referidos os modelos da teoria do caos. O facto de estes modelos não serem directamente utilizáveis porque não sabemos elaborar os algoritmos significativos não pode servir de desculpa para a rejeição da sua mensagem essencial sobre a complexidade das dinâmicas sociais, onde a reflexividade e a capacidade de projecção podem funcionar como equilibradores ou como amplificadores dos modelos naturais.

<sup>13</sup> A questão da educação cívica foi sempre essencial desde que se estabeleceu o princípio do sufrágio universal: nela estava a esperança de uma normalização da racionalidade eleitoral como fundamentadora da liberdade consciente e de uma tendência dominante que estabeleceria um consenso eficaz. Mas há uma alteração radical quando se passa de um processo de formação educativa individualizado e lento para o processo de formação de opinião pública através da difusão instantânea de grandes quantidades de informação para grandes audiências e quando essa difusão se estabelece através de uma excessiva simplificação dos argumentos interpretativos aplicáveis. Esta normalização da informação e da argumentação interpretativa está a ser acompanhada pela difusão de uma racionalidade da submissão, a que apenas tem esperança de escapar um pequeno número dotado de capacidade reflexiva, mas que será cada vez menos influente perante a potência dos instrumentos de homogeneização colectiva. O «consenso eficaz», nestas condições, é de um tipo muito diferente do que desejava a insistência republicana na educação cívica.

maior complexidade das análises concretas de eleições não altera o quadro básico da aplicação das configurações sociais relevantes que se procurou apresentar como o procedimento nuclear adequado para a interpretação dos resultados eleitorais — que não se pode separar, mesmo quando restrita a uma única eleição, da capacidade para prever o futuro que daí decorre<sup>14</sup>, pois uma eleição não é só o seu resultado, o seu significado para fins constitucionais, é, sobretudo, o seu sentido, o que permite, o que legitima e também o que produz para a eleição seguinte.

### 1.3. AS CONDIÇÕES DE ANÁLISE DAS ELEIÇÕES

As referências anteriores estavam predominantemente orientadas para o processo da escolha eleitoral, da sua formação e da sua interpretação, mesmo quando se sublinhava a importância da dinâmica gerada pela variação das configurações referenciadoras dessas escolhas. Todavia, a análise das eleições não se pode circunscrever à relação do eleitor com o seu quadro de escolhas através dos seus modos de fundamentação; é preciso também analisar como esse quadro de escolhas se forma, como os partidos, as personalidades políticas e os programas se adaptam ou se antecipam à evolução da sociedade, à variação das configurações significativas que os eleitores usam para fundamentar as suas escolhas. Para ser eficaz, a acção política tem de produzir configurações e tem de interferir nas configurações existentes.

Neste outro sentido, a análise de eleições também é uma análise de trajetórias e, na medida em que há um sistema partidário, é uma análise de uma constelação que se vai deslocando no tempo, alterando a sua forma, as suas distâncias internas e a articulação de cada ponto com as configurações significativas que vão ser instrumentais para a sua selecção pelos eleitores. Mesmo quando se centra a atenção sobre um partido ou uma personalidade, o que se tem de estudar é a trajectória de um sistema e não de um partido ou de uma personalidade isoladamente. Nenhum partido existe sem os outros: a posição de cada partido é relativa em termos dos outros. Nenhuma personalidade se distingue sem que se estabeleça uma comparação com as outras, não só com as do presente, mas também por comparações com as que foram relevantes no passado e até com o que são as suas potencialidades no futuro. Não se trata

---

<sup>14</sup> Não há espaço para desenvolver aqui a proposta de generalização destas condições da análise das eleições a toda a sociologia das sociedades modernas, também ela condicionada a trabalhar com um caleidoscópio de estilos de vida, de perspectivas sobre o futuro ou, como aqui se prefere, de configurações. Esta homologia resultaria de uma crescente relevância dos procedimentos eleitorais, que são aplicados a outras áreas, para além do voto em sentido estrito: se a lógica do mercado foi útil para interpretar o voto como o resultado de uma relação de mercado, hoje é a dinâmica do voto que aparece como um paradigma interpretativo das relações sociais que se referenciam às imagens resultantes das sondagens instantâneas e que, quando produzidas numa relação televisiva, podem mesmo ter um elevado grau de interactividade a que corresponde um elevado grau de fluidez das configurações sociais relevantes.

apenas de uma relação de concorrência dentro de um certo quadro, é uma definição complementar de um partido pelas diferenças que estabelece com os outros e que tem mesmo uma importância vital nas vizinhanças de áreas de influência (onde um voto novo vale por dois, pelo que se ganha e pelo que se retira ao concorrente vizinho).

Neste tipo de análise de personalidades e de partidos, entre si e em relação com o eleitorado, há uma indeterminação de tipo quântico: para se identificar com precisão a posição de um elemento perde-se a percepção da trajectória, enquanto a identificação da trajectória impossibilita a fixação da posição do elemento observado, não havendo um instrumento de medida que ofereça as duas indicações com suficiente segurança. Os resultados eleitorais são uma boa aproximação a uma medida da posição — mas sabe-se que esses resultados não são independentes da trajectória e da credibilidade que daí resulta para os eleitores. As análises de estratégias são uma aproximação suficiente à identificação da trajectórias — mas sabe-se que esses movimentos não são independentes dos resultados eleitorais, do grau de relevância de um partido ou de uma personalidade. A esta indeterminação de tipo quântico há que adicionar a reflexividade que partidos, personalidades e eleitorado exercem quando formulam as suas estratégias, estabelecem as suas posições e escolhem a expressão dos seus interesses: há antecipações que distorcem as tendências lineares ou a simples reprodução de posições ou de trajectórias, funcionando com núcleos de atracção que alteram a forma dos quadros de possibilidades. Há um efeito de consciência reflexiva, há um efeito de criatividade estratégica ou programática, há um efeito de reconhecimento do que é eficaz porque corresponde a uma vontade colectiva, que aumenta a complexidade deste tipo de operação de medida.

Este é outro modo de reencontrar a questão da previsão. Mesmo quando se identificam de modo satisfatório as trajectórias — de partidos, de personalidades, de problemáticas, de programas, de expectativas, de interesses, de configurações referenciadoras —, ainda se terá de considerar a eventualidade do aparecimento de contingências que alteram a evolução dessas trajectórias, que fazem variar o modo como o quadro de possibilidades é interpretado e, por isso, fazem alterar o valor das posições ocupadas, as condições de aliança ou até mesmo os objectivos. É um outro tipo de configuração que aqui se encontra, que já não são as configurações que os eleitores usam para se referenciar e para justificarem as suas escolhas, mas sim a configuração do próprio sistema político, porque se adapta a alterações de condições — e que pode ou não corresponder às configurações sociais em função das quais se formam as escolhas do eleitorado perante essas mesmas alterações de condições<sup>15</sup>. A previsão só é possível, no sentido de aspirar a um índice satisfatório de consistência com

---

<sup>15</sup> A diferença entre estes dois tipos de configurações, a do sistema político e a das referências sociais, é central para a crise actual dos sistemas políticos europeus. A realidade da gestão política de sociedades abertas, que perderam as suas tradicionais delimitações de exercício do poder político interno, não se articula com as posições tradicionais dos partidos políticos esta-

a dinâmica que se pretende antecipar, quando se articulam estes dois tipos de movimentos, reconhecendo-se que eles podem não estar sintonizados, podem não ter o mesmo ritmo e a mesma direcção.

Entre estes dois planos de análise de configurações há um lugar específico para a introdução ou para a formação de «atratores» de linhas de possibilidade que aparecem, na análise retrospectiva, como produtores de ordem ou como decisores críticos em pontos de bifurcação. Em cada momento, estes factores são contingentes, não se sabe o que vai ser o seu efeito. Mas, quando se consolidam, aparecem como necessidades, sem os quais não seria possível explicar uma evolução política concreta. Na análise das eleições portuguesas serão identificados dois grandes grupos de «atratores», um centrado em entidades políticas (a Aliança Democrática e o PRD serão os exemplos mais importantes, mas a formação e a reprodução da maioria absoluta do PSD será a questão analítica mais interessante), outro centrado em comportamentos eleitorais (onde têm especial relevo as regiões, como estruturas de padrões eleitorais distintos, e a abstenção, como factor crítico da interpretação da dinâmica eleitoral).

Estes níveis de análise de configurações, as que são relevantes para as escolhas dos eleitores e as que são relevantes para os movimentos das entidades políticas, tornam-se mais importantes e é mais evidente a necessidade da sua consideração justamente quando é mais intensa a sua crise — quando as referências dos eleitores ficam perturbadas e quando os sistemas partidários se transformam. O contexto político actual é marcado por estes dois tipos de crise: os quadros tradicionais de orientação ideológica e de formação das expectativas dos eleitores estão instabilizados e os sistemas partidários estão sujeitos a fortes tensões de transformação. Mas também é a evidência destes sinais do presente que devem alertar para a procura dos seus anúncios preliminares noutros períodos passados, onde nem sempre terão sido adequadamente interpretados e classificados.

## 2. TEXTO

O tema de pesquisa escolhido para este texto é trivial: sistematizar resultados de oito eleições legislativas, cobrindo um período longo e já significativo para a interpretação da passagem da fase de fundação de um sistema político para a sua fase de maturação. Resta saber até que ponto este tema trivial ainda pode conter informações interessantes e inesperadas.

Como base de partida, estabelece-se a seguir o primeiro esboço do tema, com o registo da evolução dos pesos eleitorais dos diferentes partidos. Algumas

---

belecidos (configuração política) nem com as problemáticas com que se confrontam os indivíduos (configurações sociais), o que gera a necessidade de novos partidos, de novas instituições, de novas atitudes — sem que se saiba o que essas novas entidades e práticas possam ser, o que produz insegurança e indeterminação.

convenções tiveram de ser estabelecidas para assegurar a comparabilidade dos resultados e para permitir a sua apresentação dentro dos limites de espaço de um artigo. No que se refere às coligações pré-eleitorais, a Aliança Democrática tem de ser expressamente considerada (não era evidente, enquanto existiu, uma relação interna de hegemonia de um partido e, pelo contrário, houve sempre a intenção de estabelecer algum equilíbrio entre os partidos e forças políticas participantes), enquanto as coligações organizadas pelo PCP serão tratadas sob a designação deste partido (qualquer que fosse a sua realidade interna, a imagem externa foi sempre de hegemonia do PCP). A inclusão da Aliança Democrática justifica, por sua vez, que se considere o que foi o seu valor potencial mesmo quando não existiu formalmente constituída, enquanto a consideração de uma formação política simétrica, a «maioria de esquerda», não se justifica porque, ainda antes da primeira eleição de 1975, se estabeleceu uma nítida clivagem concorrencial entre o PS e o PCP. No que se refere à categoria residual «Outros», importa referir que nela se incluem os votos brancos e nulos, com valores naturalmente mais significativos nas primeiras eleições (quadro n.º 1).

### Resultados nacionais

#### Percentagens

[QUADRO N.º 1]

	PCP	PRD	PS	AD	PSD	CDS	Outros
I (1975) . . . . .	13	—	38	(34)	26	8	16
II (1976) . . . . .	15	—	35	(40)	24	16	11
III (1979) . . . . .	19	—	27	42	2 *	0 *	9
IV (1980) . . . . .	17	—	28	44	2 *	0 *	8
V (1983) . . . . .	18	—	36	(39)	27	12	6
VI (1985) . . . . .	15	18	21	(40)	30	10	6
VII (1987) . . . . .	12	5	22	(54)	50	4	6
VIII (1991) . . . . .	9	1	29	(54)	50	4	6
Média** . . . . .	15	8	30	43 (43)	35	9	8

\* Valores obtidos nos Açores e na Madeira.

\*\* Os intervalos temporais no cálculo destas médias são variáveis, pelo que estes valores devem ser considerados apenas como ordens de grandeza.

Esta é a estrutura mais básica que será aqui analisada, mas a sua extrema simplificação é reveladora de alguns traços essenciais que irão funcionar como eixos estruturais de interpretação. O primeiro desses eixos interpretativos é a dualização de tipo esquerda/direita, sendo cada área dotada de um partido dominante, o PS (com um valor médio de 30%) e o PSD (com um valor médio de 35%), e tendo cada uma destas áreas de resolver uma questão nuclear de estratégia de alianças para estabelecer uma fórmula de poder. O segundo eixo interpretativo é o papel da Aliança Democrática como resposta a essa questão nuclear da estratégia de alianças no quadrante à direita, mas o valor médio das

duas eleições em que a AD concorreu é igual ao valor médio que resultaria da soma dos dois partidos que estão nesse quadrante durante todo este período. Nestes termos, o papel estratégico da AD pode ser visto em dois aspectos distintos: permitiu a formação da primeira coligação maioritária, ao atingir o valor crítico de 42%, aquele que permite a existência de uma maioria absoluta parlamentar, e, depois, constituiu um eixo de rotação de possibilidades eleitorais, ao permitir o crescimento do PSD em prejuízo da diminuição do CDS. Isto é, a AD funciona como um factor crítico da evolução do eleitorado no quadrante à direita, ainda que o valor global deste eleitorado, em termos percentuais, não tenha apresentado variação relevante. O terceiro eixo interpretativo é o papel do PRD como instrumento indirecto de resposta à questão nuclear da estratégia de alianças no quadrante à esquerda, provocando, nas primeiras eleições a que concorre, o nivelamento dos pesos eleitorais dos três partidos desse quadrante<sup>16</sup>. O quarto eixo interpretativo destes primeiros indicadores básicos é o efeito da maioria absoluta do PSD, uma dupla excepção na história dos sistemas eleitorais proporcionais com mais de três partidos relevantes: a primeira excepção é a formação de uma maioria absoluta nestas condições; a segunda excepção é a sua reprodução nas eleições seguintes.

Para um quadro de números tão básicos, a informação que contém é considerável, confirmando que o que conta na interpretação das eleições é o padrão que os números definem, não cada um por si. Porém, este quadro não existe independentemente das circunstâncias concretas em que estes números foram gerados. A estas oito eleições estão associadas quatro dissoluções do parlamento, com a correspondente alteração dos calendários eleitorais normais (em 1979, em 1983, em 1985, em 1987), e de todas essas ocorrências extraordinárias resultaram alterações significativas da composição parlamentar e das condições estratégicas em que os partidos operam. Em 1979 forma-se a AD, que obtém uma maioria absoluta no parlamento; em 1983 desaparece a AD e a possibilidade de maioria absoluta dos dois partidos que a constituíam, mas forma-se uma coligação entre o PS e o PSD, que, numa análise superficial, dispunha de uma segura margem maioritária<sup>17</sup>; em 1985, o aparecimento do

---

<sup>16</sup> O problema da localização do PRD em termos dos quadrantes esquerda/direita não tem resposta simples: o seu programa não é diferenciado neste aspecto (antes se apresenta com a intenção de uma localização ao centro), a sua intencionalidade estratégica não permite esse tipo de diferenciação (ameaça a relevância política e eleitoral do PS, propõe-se cooperar com a existência de um governo do PSD, ainda que minoritário, é instrumental na queda desse governo ao tomar a iniciativa de apresentar uma moção de censura contra ele, mas foi sempre considerado pelo PCP como um partido necessário e útil para a dinâmica do sistema político) e a sua curta história como partido relevante não permitiu clarificar esta questão da sua localização. Contudo, será determinante para a escolha da sua localização a origem dos seus eleitores iniciais, justificando-se considerar que esses eleitores eram antigos eleitores do PS e do PCP.

<sup>17</sup> De facto, uma análise mais atenta da dinâmica política mostrava que as coligações excessivas, no sentido de serem superiores à coligação mínima ganhadora, são fórmulas de curta duração, porque os partidos que a integram tendem a procurar condições para se afirmarem de modo isolado e porque aumenta a credibilidade das oposições bilaterais (cf. Lawrence Dodd, *Coalitions in Parliamentary Government*, Princeton University Press, 1976). Curiosamente, este caso português apresenta duas



PRD reabilita e provoca a fórmula do governo minoritário, que, desde 1978, era considerada como a origem essencial da instabilidade política; em 1987, a formação de uma maioria absoluta de um só partido, o PSD, altera, uma vez mais, as coordenadas em que se realizam as estratégias políticas. Em termos substanciais, todas estas dissoluções do parlamento encontraram a sua justificação nos resultados eleitorais. Mas isto também revela uma excepcional fluidez no sistema político português, com um eleitorado muito volátil, pelo menos até 1987 — uma fluidez que se mantém oculta pelo predomínio do posicionamento «central» do eleitorado e pela capacidade de auto-transformação dos partidos que são vizinhos desses valores «centrais» do eleitorado<sup>18</sup>.

Por outro lado, nenhuma das eleições (com a evidente exceção da primeira, em 1975, que constitui a verdadeira fundação do referencial do sistema partidário no seu relacionamento com o eleitorado) foi geradora autónoma de fórmulas originais de formação do poder; todas estas fórmulas foram apresentadas antes das eleições, funcionando o eleitorado como instrumento ratificativo de opções antes abertas pelos responsáveis partidários<sup>19</sup>. Uma das leituras desta evidência da função ratificativa das eleições em relação a estratégias partidárias que lhes são anteriores sublinha a articulação de duas volatilidades, a das estratégias partidárias e a do eleitorado. Realizaram-se muitas eleições, foram antecipadas muitas eleições e os resultados foram muito diferentes — não só porque o eleitorado mudou, mas também porque os dirigentes partidários também mudaram as suas posições e as suas intenções estratégicas.

A conjugação destas duas indicações muito gerais, quatro dissoluções em oito eleições e resultados eleitorais diferentes que ratificam estratégias partidárias diferentes, é suficiente para se concluir que a sociedade portuguesa revelou uma excepcional capacidade de mudança, pelo menos no que se refere às fórmulas de formação do poder político. Até que ponto esta capacidade de mudança corresponde a uma efectiva mudança de configurações referenciadoras das escolhas do eleitorado ou será antes, e apenas, um conjunto de reacções circunstanciais a quadros de oportunidade?

Responder a esta questão implica uma referência, ainda que breve, à evolução das formas de expressão das problemáticas políticas na sociedade portuguesa. Ainda que de modo simplificado, essas formas de expressão associadas a períodos políticos aproximam-se do estatuto de configuração, no sentido gerarem diferentes modos de interpretar as questões políticas e diferentes qua-

---

singularidades: na medida em que o PS recusava uma aliança com o PCP, aquela coligação excessiva também era a coligação mínima; em grande parte por isso mesmo, a oposição bilateral integrou-se dentro dos dois partidos coligados, o PSD (com a alteração da sua liderança) e o PS (com colaboração no lançamento do PRD, mesmo por parte de dirigentes de relevo).

<sup>18</sup> Joaquim Aguiar, «A fluidez oculta num sistema partidário ultra-estável», in *Revista de Ciência Política*, n.º 1, Lisboa, 1985.

<sup>19</sup> Id., «Partidos, estruturas patrimonialistas e poder funcional: a crise de legitimidade», in *Análise Social*, n.º 87-89, 1985.

dros de escolha que aparecem no contexto das eleições. Neste aspecto, será de esperar que a volatilidade política e eleitoral corresponda a uma volatilidade comparável nas configurações referenciadoras.

Resumindo os argumentos já publicados noutra texto<sup>20</sup>, podem ser propostas durante este período as fases políticas esquematizadas no quadro n.º 2.

Há, de facto, diferenças relevantes entre a base de partida e os sucessivos estados que as problemáticas políticas foram definindo, podendo mesmo considerar-se que o estado de chegada (com a sua questão central da modernização por abertura da sociedade e com o seu critério de avaliação da qualidade política dependente dos índices de sucesso da função governativa) já não tem nenhuma relação efectiva com o estado de partida (a gestão de um modelo de justiça social e de desenvolvimento económico sob controle do Estado, num contexto de sociedade fechada onde o poder político nacional tem capacidade para regulamentar, ainda que de modo artificial, a remuneração relativa dos factores de produção e onde o critério de avaliação da qualidade política era de índole ideológica).

Só por si, esta mudança do contexto em que se desenvolve a acção política seria suficiente para explicar a volatilidade dos resultados eleitorais: as configurações que orientam as escolhas dos eleitores alteram-se de um modo rápido, impedindo que todos os eleitores possam manter um grau elevado de consciência dos efeitos das suas escolhas quando votam. Entre uma configuração inicial dominada por valores ideológicos, em grande parte irrealistas, mas com potência para permanecerem como valores fundadores de um regime político (os «ideais de Abril»), e a configuração final, dominada pelos valores materiais da adequação estratégica na economia, há diferenças demasiado pronunciadas para que a experiência eleitoral possa ser um factor de correcção de escolhas anteriores (a mudança de contextos políticos impede as comparações directas) ou para que os valores fundadores mantenham potência suficiente para integrar os novos eleitores (sendo valores irrealizáveis nos termos em que foram originalmente apresentados, a sua permanência implicaria a permanente instabilidade do poder político) (quadro n.º 2).

Para além destes factores, haverá ainda que considerar, na interpretação dessa volatilidade dos eleitores, o efeito dos movimentos de ajustamento de partidos e personalidades políticas (com um ritmo de variação que não é idêntico ao dos eleitores, gerando, por isso, reacções de incompreensão ou de desilusão, suspeitas de oportunismo ou, simplesmente, a desorientação do eleitorado) e até o efeito da instabilidade do sistema político-institucional (onde a flexibilidade do sistema semipresidencialista tem como contrapartida uma relativa indefinição do que é o centro do poder e do que é a responsabilidade política pelos resultados obtidos no exercício do poder).

O que aparecia, na perspectiva dos resultados eleitorais e do número de dissoluções do parlamento, como uma excepcional instabilidade do sistema

---

<sup>20</sup> Id., *O Pós-Salazarismo, as Fases Políticas no Período 1974-1984*, Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1985.

[QUADRO N.º 2]

## Evolução das problemáticas políticas

	Problemáticas políticas dominantes	Estratégias partidárias relevantes	Comportamentos eleitorais	Efeitos de transferência para a fase seguinte
1. Coligações práticas — Abril de 1974, Setembro-Novembro de 1975, Julho de 1976.	Transição de regime político, com dominante política mediada pelo protagonismo militar e influência ideológica centrada nas relações sociais de produção.	Ocupação de posições de poder, fundação de partidos com localização deslocada à esquerda e diferenciação no quadrante de esquerda.	Primeiras referências do sistema partidário com concentração ao centro e maioria potencial na esquerda, mas diferenciada do sinal oferecido pelos movimentos sociais.	Primeiro contraciclo económico por falta de resposta à crise do petróleo por efeito do aumento da despesa e em consequência das nacionalizações.
2. Coligações oscilantes de centro socialista — Setembro de 1975, Julho de 1976, Dezembro de 1979.	Absorção da instabilidade política com valorização de funções de equilíbrio das instituições (PR, CR, AR e governo), maior influência do exterior e continuação de pressões distributivas.	Estratégia de eixo de equilíbrio do PS (necessitando do apoio do PR e do CR), estratégia de diferenciação do PPD e de coligação à direita, oferta crítica de aliança à esquerda pelo PCP.	Primeira expressão de volatilidade eleitoral com a maioria da Aliança Democrática.	Os efeitos estabilizadores do primeiro acordo com o FMI são postos em causa pela conflitualidade política (quatro quedas de governo em dois anos), não se realizando o ajustamento económico à crise do petróleo.
3. Coligação conservadora — Dezembro de 1979, Dezembro de 1980, Abril de 1983.	Conflitualidade e institucionalidade, relevo para a dimensão económica, ligações sistemáticas ao exterior, gestão das tensões internas à coligação no poder, controle da autonomia do PR pela revisão constitucional.	Estratégia de autonomia do bloco conservador, estratégia do PR reeleito, aliança do PS e da autonomia estratégica do PR reeleito, aliança do PS e da AD na revisão constitucional.	Primeira expressão da divisão do eleitorado em eleições legislativas e presidenciais.	O ano eleitoral de 1980 e os conflitos sobre questões económicas geram o segundo contraciclo económico, não se realizando o ajustamento à segunda crise do petróleo e acumulando-se desequilíbrios nos indicadores básicos.
4. Coligação central — Junho de 1983, Outubro de 1985.	Controle da crise económica, controle da autonomia do PR, conclusão das negociações de adesão à Comunidade Europeia, preparação das eleições presidenciais.	Estratégia de bloco central, estratégias de oposição bilateral do PCP e do CDS, manifestações de oposição bilateral dentro do PS e do PSD, aparição e lançamento de um novo partido, o PRD.	Passagem de eleições de alternância com continuidade de um partido para eleições de alteração radical do sistema partidário e dos comportamentos eleitorais.	A alteração do sistema partidário torna as eleições presidenciais um teste essencial e a estabilização nos indicadores económicos básicos passa para um plano secundário.
5. Fórmula de governo minoritário — Novembro de 1985, Julho de 1987.	Gestão dos primeiros fundos de apoio comunitário por um governo minoritário com cooperação de um PR eleito na base de promessas de equilíbrio institucional e de estabilidade política.	Reabilitação da estratégia de eixo minoritário de equilíbrio pelo PSD, conflito directo entre o PS e o PRD por ocupação de posição, indefinição estratégica do PRD entre a cooperação com o PCP ou com o PSD.	Segunda expressão da divisão do eleitorado entre eleições legislativas e eleições presidenciais.	A questão dinâmica central passa a ser a capacidade de ajustamentos aos efeitos de abertura da economia no quadro da harmonização de políticas e da convergência de indicadores com a Comunidade Europeia.
6. Estratégia de ajustamento à modernização — Julho de 1987, Outubro de 1991.	Gestão autónoma por um governo maioritário de um só partido, com neutralização da função presidencial e máxima influência do exterior.	Estratégia de reprodução do poder pelo PSD, com estratégias de resistência defensiva por parte do PCP, do PS e do CDS e neutralização do PRD.	Primeira expressão de concentração do eleitorado em dois partidos, o PSD e o PS.	Hesitação na concepção e concretização das reformas estruturais e das estratégias de ajustamento às condições das sociedades abertas. Centralização dos critérios de avaliação eleitoral nos índices de sucesso.

político e uma elevada volatilidade do eleitorado aparece agora, na perspectiva da intensidade das mudanças das problemáticas políticas existentes durante este período, como uma consequência normal do ajustamento a esses choques. Quando muito, haverá que incluir nesta avaliação, quando se compara o caso português com a evolução de outros sistemas políticos europeus, o efeito específico do grau de maturidade desses sistemas políticos — e, então, o que aparecia como normal deverá também ser reconhecido como natural quando se reconhece o menor grau de maturação do sistema político português.

## 2.1. A ANÁLISE REGIONAL DAS ELEIÇÕES LEGISLATIVAS

A clarificação desta hesitação no diagnóstico a fazer recomenda que se procure uma outra óptica de análise que possa funcionar como teste de consistência das análises correntes que, como a que foi esboçada acima, se desenvolvem em termos de dados nacionais gerais.

Esse teste de consistência poderia ser concebido em termos de grupos, estratos ou classes sociais, mas haveria duas dificuldades a superar para que o teste tivesse validade: a falta de informação quantitativa (só nas últimas eleições se fizeram sondagens relevantes à saída das urnas com informação sobre os estatutos sociais dos eleitores, o que obrigaria a trabalhar com sondagens intermédias entre eleições para superar esta dificuldade no que se refere às outras eleições anteriores) e a alteração significativa que ocorreu na tradicional referenciação em função das classes sociais, tanto em termos subjectivos como em termos objectivos, como produto indirecto da evolução das sociedades modernas e da mudança das suas configurações relevantes (o que impossibilita uma comparação relevante entre todas as eleições realizadas neste período). Perante estas dificuldades, justifica-se estabelecer este teste de consistência na base de uma análise de tipo regional: há informação adequada e há uma representação indirecta dos estatutos sociais desde que seja possível estruturar «regiões eleitorais» que sejam sociologicamente homogéneas e que, portanto, não se limitem a ser as tradicionais divisões administrativas dos distritos<sup>21</sup>.

A evidência interessante que resulta deste tipo de análise regional está no facto de todas as nove regiões identificáveis por critérios demográficos, sociológicos, económicos e culturais (Área Metropolitana de Lisboa, Área Metropolitana do Porto, Norte Litoral, Centro Litoral, Algarve, Norte e Centro Interior, Alentejo, Açores e Madeira) apresentarem histórias eleitorais muito diferentes (o que, indirectamente, contribui para confirmar os factores de diferenciação regional propostos por Jorge Gaspar), mas apresentando, apesar dessas diferenças, três traços constantes (menos nítidos nos Açores e na Madeira, por razões

---

<sup>21</sup> A base para a delimitação destas regiões homogéneas está publicada em Jorge Gaspar, *Ocupação e Organização do Espaço, Retrospectiva e Tendências*, na série *Portugal, os Próximos 20 Anos*, Fundação Calouste Gulbenkian, 1987.

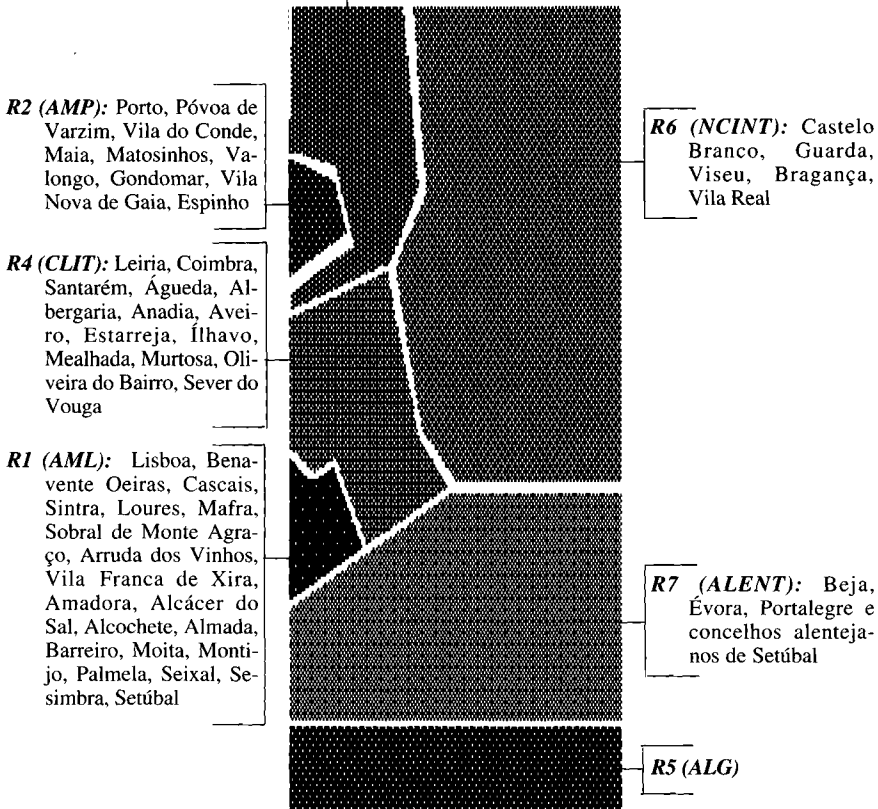
inerentes ao domínio de um só partido nessas duas regiões): o efeito da AD, o efeito do PRD e o processo de formação da maioria absoluta do PSD.

Para realizar esta análise das eleições legislativas por regiões homogêneas é necessário recalcular os dados eleitorais de acordo com uma organização de concelhos que se apresenta na figura n.º 1.

**Regiões homogêneas no continente**

[FIGURA N.º 1]

**R3 (NLIT):** Braga, Viana do Castelo, Amarante, Baião, Felgueiras, Lousada, Marco de Canaveses, Paços de Ferreira, Paredes, Penafiel, Santo Tirso, Arouca, Castelo de Paiva, Feira, Oliveira dos Azeméis, Ovar, S. João da Madeira, Vale de Cambra



Tendo em conta esta organização do espaço, importa começar por identificar o peso de cada região em termos eleitorais, usando como indicador o número de eleitores.

**Pesos eleitorais das regiões**

*Votantes*

[QUADRO N.º 3]

	AML	AMP	NLIT	CLIT	ALG	NCINT	ALENT	AÇOR	MAD
I (1975) . . . . .	26,76	11,05	15,14	18,45	3,61	13,28	6,94	2,54	2,23
II (1976) . . . . .	26,82	11,62	15,54	17,99	3,54	13,10	6,91	2,35	2,13
III (1979) . . . . .	26,87	11,51	15,92	18,06	3,48	13,24	6,57	2,20	2,15
IV (1980) . . . . .	27,08	11,66	16,10	18,01	3,48	13,01	6,53	2,03	2,10
V (1983) . . . . .	27,51	11,85	16,33	17,83	3,44	12,55	6,48	1,91	2,10
VI (1985) . . . . .	27,00	12,10	16,82	17,87	3,46	12,42	6,36	1,82	2,13
VII (1987) . . . . .	26,86	12,30	17,30	17,76	3,37	12,63	5,96	1,69	2,12
VIII (1991) . . . . .	26,81	12,36	17,94	17,64	3,43	12,15	5,63	1,85	2,20

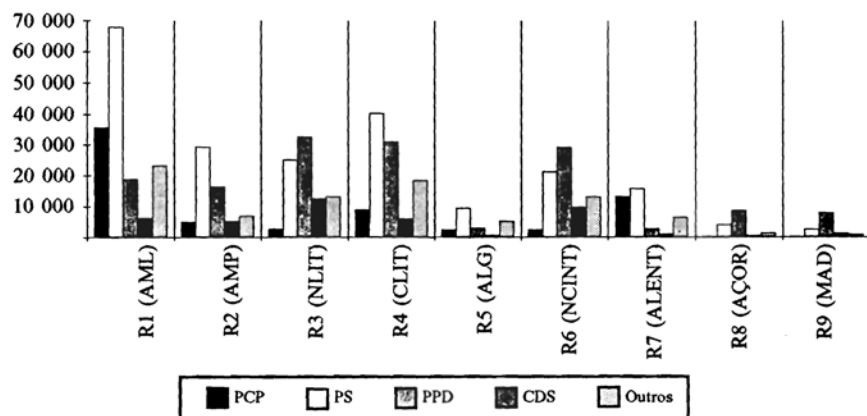
São regiões com pesos eleitorais muito diferentes, com uma evidente litoralização: cerca de 80% dos eleitores estão nas regiões litorais. Este tipo de concentração em espaços de maior dinamismo, de maior incidência dos meios de comunicação e de mais fácil circulação deverá, por sua vez, reflectir-se numa maior sensibilidade do litoral às mudanças políticas, limitando consideravelmente o efeito de absorção que, noutras sociedades, é produzido por um peso relevante de votos tradicionais (estejam eles localizados no quadrante da direita ou da esquerda).

Ainda dentro deste ponto prévio de apresentação das regiões, será útil observar como se estabelece o primeiro formato do sistema partidário em cada uma destas áreas (figura n.º 2).

**Formato inicial do sistema partidário**

*Eleições de 1975 (votantes)*

[FIGURA N.º 2]



Na sua base de partida ou de fundação, o sistema partidário tem formas muito diferentes nas diversas regiões: superioridade do PS em Lisboa, no Porto, no Centro Litoral, no Algarve e no Alentejo, superioridade do PPD no Norte Litoral, no Norte e Centro Interior, nos Açores e na Madeira, com a evidência adicional de que os resultados mais importantes do PCP são obtidos na Área Metropolitana de Lisboa. Mas já nesta primeira expressão do eleitorado há a indicação de, pelo menos, duas «famílias» de regiões do ponto de vista das escolhas eleitorais, aparecendo como factor discriminante entre elas a posição relativa do PS e do PSD.

Será útil, nesta fase primária da análise, sublinhar as diferenças entre estas regiões e as diferenças de implantação dos diversos partidos nestas eleições fundadoras do sistema eleitoral, mas que também são fundadoras do próprio sistema partidário ao estabelecerem a primeira indicação da relevância relativa de cada partido (quadro n.º 4).

#### Formato do sistema partidário na primeira eleição

[QUADRO N.º 4]

Percentagens do partido na região	PCP	PS	PPD	CDS	Outros
R1 (AML) .....	23,44	44,65	12,40	4,17	16,33
R2 (AMP) .....	8,11	46,63	26,16	8,23	10,88
R3 (NLIT) .....	3,27	29,22	37,95	14,43	15,14
R4 (CLIT) .....	8,57	38,41	29,47	5,85	17,71
R5 (ALG) .....	12,30	45,45	13,91	3,35	24,98
R6 (NCINT) .....	3,22	27,97	38,50	13,05	17,26
R7 (ALENT) .....	33,92	40,07	7,00	2,77	16,24
R8 (AÇOR) .....	1,88	26,84	59,36	3,54	8,38
R9 (MAD) .....	1,63	19,42	62,06	10,03	6,87
<hr/>					
Percentagens da região no voto do partido					
R1 (AML) .....	49,96	31,56	12,58	14,59	26,39
R2 (AMP) .....	7,14	13,61	10,96	11,89	7,73
R3 (NLIT) .....	3,94	11,68	21,77	28,56	14,73
R4 (CLIT) .....	12,59	18,71	20,60	14,10	21,00
R5 (ALG) .....	3,54	4,34	1,91	1,59	5,81
R6 (NCINT) .....	3,41	9,81	19,37	22,66	14,73
R7 (ALENT) .....	18,75	7,35	1,84	2,51	7,25
R8 (AÇOR) .....	0,38	1,80	5,72	1,18	1,37
R9 (MAD) .....	0,29	1,14	5,24	2,92	0,98

Para uma sociedade que não parece apresentar grandes diferenciações de cultura política quando se consideram as expressões políticas formais e o carácter nacional de todos os partidos, estas significativas diferenciações regionais são uma indicação de que as observações dos resultados eleitorais que sejam feitas

na base de resultados nacionais gerais são muito insuficientes. A realidade política expressa pelas escolhas dos eleitores é muito mais rica do que pode ser detectado com a utilização dos resultados nacionais gerais. As eleições são gerais, mas as escolhas eleitorais têm importantes particularidades regionais.

Estabelecida a relevância potencial deste tipo de análise, apresentam-se a seguir os resultados em cada região.

R1 — ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA

Concentrando 26% do eleitorado, a AML interfere de modo decisivo na orientação da evolução eleitoral, sendo natural que ela concentre as atenções dos comentadores: é aqui que se concentra a maior intensidade de comunicação política, é aqui que os grandes acontecimentos se desenrolam.

O perfil desta evolução pode ser visto nas informações contidas no quadro n.º 5.

**Perfil eleitoral da Área Metropolitana de Lisboa**

[QUADRO N.º 5]

	PCP	PRD	PS	AD	PSD	CDS	Outros
I.....	23,44	—	44,65	—	12,40	4,17	15,33
II.....	27,37	—	36,97	—	13,99	11,26	10,40
III.....	31,22	—	24,57	35,75	0,00	0,00	8,46
IV.....	28,20	—	26,94	37,44	0,00	0,00	7,42
V.....	30,41	—	34,33	—	10,27	10,27	5,50
VI.....	24,29	21,07	18,94	—	7,18	7,18	5,32
VII.....	20,53	7,42	20,26	—	3,27	3,27	6,02
VIII.....	15,42	0,68	29,41	—	3,70	3,70	8,50

A instabilidade desta história eleitoral está bem patente nos efeitos de concentração que começaram por ser as votações no PS e no PCP, concentração que se mantém com os resultados obtidos pela AD (ainda que inferiores à sua média nacional) e pelo PSD nas duas últimas eleições (também inferiores à sua média nacional). Por outro lado, é significativo o efeito do PRD, com um valor superior à sua média nacional e com uma consequência que se vai repetir em muitas outras regiões: quando aparece, coloca quatro partidos com votações muito próximas (e permite até que o PCP seja o primeiro partido nesta região), mas, quando desaparece, nenhum dos seus partidos vizinhos é beneficiário dessa libertação de eleitores, sendo, pelo contrário, o PSD o que obtém um incremento mais significativo.

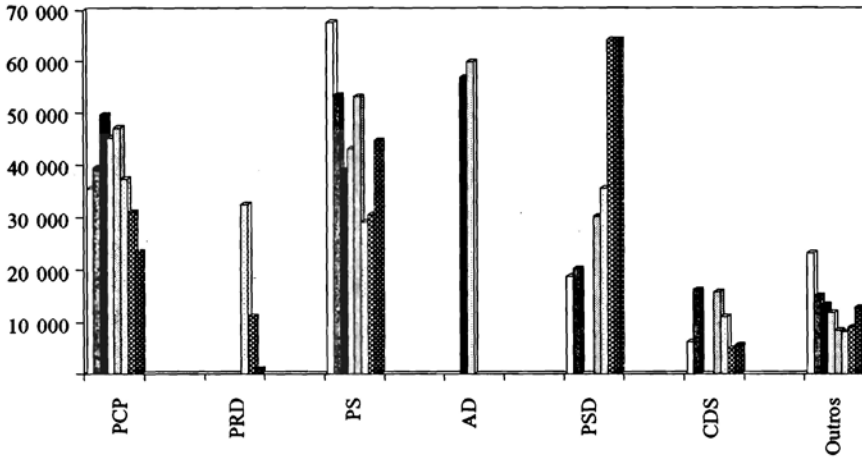
Esta mesma história de sucessivas concentrações com um efeito intermédio de dispersão (provocado pela perda de relevância do PRD) pode também ser vista na figura n.º 3, onde, como em todas as outras figuras do mesmo tipo, se regista o número de votantes.



Há ainda um outro modo de ilustrar esta dinâmica, que se regista na figura n.º 4, com o mesmo tipo de informação, mas visualizando o processo evolutivo em termos dos movimentos relativos dos diversos partidos e formações.

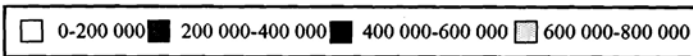
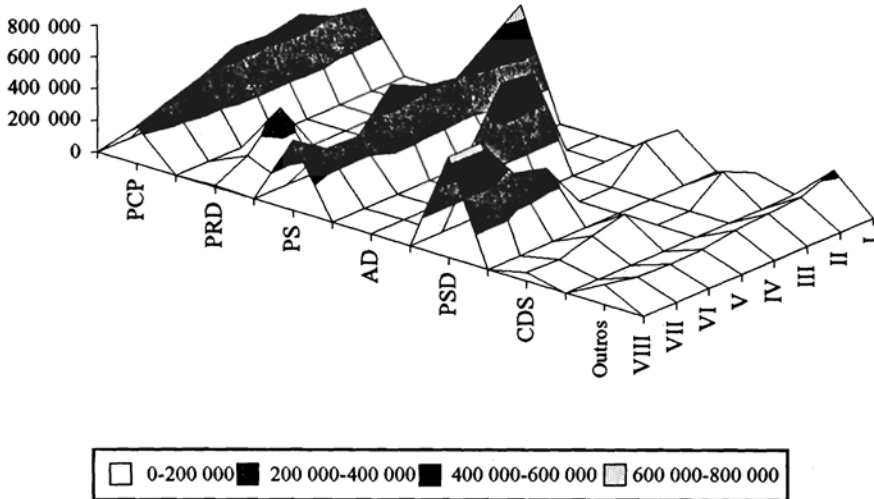
**Perfil eleitoral da Área Metropolitana de Lisboa**

[FIGURA N.º 3]



**Dinâmica partidária na Área Metropolitana de Lisboa**

[FIGURA N.º 4]



Esta representação tem a vantagem de explicitar de modo mais visível o que é a dinâmica do sistema partidário. O domínio do PS na fase de fundação é indiscutível, com o PPD muito longe de se poder considerar um efectivo concorrente eleitoral. Mas a evolução deste sistema eleitoral regional mostra duas «selas» muito pronunciadas no PS, a primeira provocada pela AD, a segunda provocada pelo aparecimento do PRD e, logo depois, pela maioria absoluta do PSD. Esta é a primeira indicação de que os grandes acontecimentos eleitorais poderão ser o predomínio inicial do PS, a formação da Aliança Democrática, a entrada do PRD e as maiorias absolutas do PSD. Na medida em que o PRD é um fenómeno que não permanece, esta história eleitoral na AML seria também a primeira confirmação de que o debate eleitoral essencial se desenrola entre o PS e o PSD (ainda que este tivesse de passar pela fórmula intermédia, que foi a AD, e pela utilização do efeito de perturbação introduzido pelo PRD para consolidar a sua relevância nesta região).

Nesta região há um caso particular digno de nota, o PCP. Para além de se localizar aqui cerca de metade do eleitorado nacional deste partido, chegou a atingir 30% em 1983 e foi mesmo o primeiro partido nas eleições de 1985 (apesar da perda de eleitores em favor do PRD). Desde aí, no entanto, a perda de eleitores torna-se persistente e num ritmo que se torna mais significativo justamente porque se localiza aqui o núcleo essencial do seu poder eleitoral.

#### R2 — ÁREA METROPOLITANA DO PORTO

Com uma base eleitoral que é cerca de metade da que se encontra na AML, esta região apresenta uma história eleitoral muito diferente da que se registou na outra área metropolitana. O significado desta diferença deve ser sublinhado na medida em que as diferenças sociológicas e o quadro de experiências em função das quais o eleitorado toma as suas opções não justificariam diferenças tão pronunciadas. É a primeira indicação de que a perspectiva regional é geradora de novas informações que não são detectáveis numa análise nacional.

Seguindo a mesma sequência de apresentação dos valores eleitorais, apresenta-se no quadro n.º 6 o perfil eleitoral da AMP (quadro n.º 6).

A dominação inicial do PS é aqui mais pronunciada do que na AML, certamente porque é muito menor o peso eleitoral do PCP. Mas é no PPD e no CDS que as diferenças são mais relevantes, arrancando ambos com um peso que é cerca do dobro do que obtêm na AML e mantendo-se depois a AD e o PSD (mas não o CDS) muito acima dos valores que atingem na AML. Também é interessante a comparação do efeito do PRD entre Lisboa e Porto: em ambas as regiões o seu aparecimento é acompanhado pela diminuição do peso percentual do PS e do PCP e pelo aumento do valor percentual do PSD, mas os valores concretos desses movimentos não são idênticos — o movimento é o mesmo, mas os benefícios para o PSD são maiores em Lisboa do que no Porto quando o PRD aparece. Por sua vez, quando o PRD perde significado, nas

eleições seguintes, a sua queda é mais acentuada no Porto, os benefícios para o PS são superiores e o PSD evolui para a sua maioria absoluta de modo idêntico em Lisboa e no Porto.

### Perfil eleitoral da Área Metropolitana do Porto

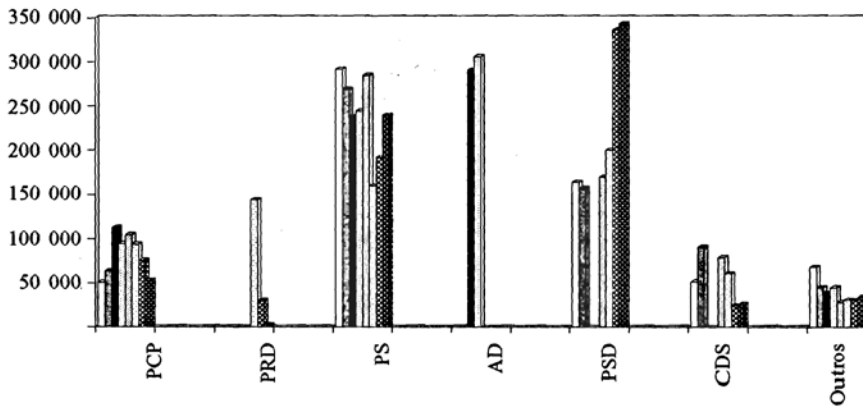
[QUADRO N.º 6]

	PCP	PRD	PS	AD	PSD	CDS	Outros
I.....	8,11	—	46,63	—	26,16	8,23	10,88
II.....	10,12	—	43,04	—	25,19	14,49	7,26
III.....	16,49	—	35,00	42,76	0,00	0,00	5,75
IV.....	13,66	—	35,44	44,38	0,00	0,00	6,52
V.....	15,66	—	42,72	—	25,45	11,87	4,30
VI.....	13,59	20,83	23,20	—	29,05	8,82	4,51
VII.....	10,93	4,39	27,79	—	48,73	3,65	4,51
VIII.....	7,59	0,41	34,23	—	49,04	3,84	4,90

Ainda que só haja apenas duas regiões para comparar (mas que seriam também as mais próximas do ponto de vista dos critérios de escolha eleitoral), já é possível chamar a atenção para a importância das diferenças destas histórias eleitorais regionais. Por outro lado, o efeito da AD começa a estruturar-se como um movimento em três fases: a fase ascendente, a fase de transição, quando esta aliança se rompe, mas, depois, uma fase de reflexo ou de eco, em que o PSD aparece como a oportunidade de recriação do que fora a AD, como maioria e como valor de estabilidade ou de segurança (figura n.º 5).

### Perfil eleitoral da Área Metropolitana do Porto

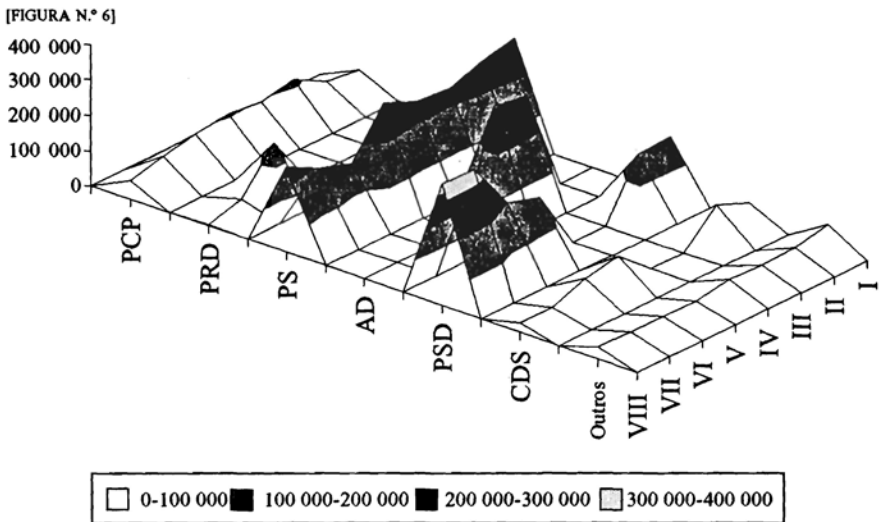
[FIGURA N.º 5]



Não esquecendo que o número de eleitores varia de modo importante quando se passa de uma região para outra, é evidente que a estrutura do sistema partidário e o modo como evolui são muito diferentes nestas duas regiões — ainda que as diferenças sociológicas destes dois grupos eleitorais não pareçam ser tão pronunciadas que justifiquem estas variações. O valor eleitoral obtido aqui pelo PCP é o factor mais interessante: se o perfil do PS não é muito diferente do que obtém na AML, a verdade é que não tem, na AMP, uma concorrência intensa do PCP. Mas em ambas as regiões é digno de nota o processo de passagem para a maioria absoluta do PSD, um resultado que não é só excepcional do ponto de vista da teoria dos sistemas eleitorais proporcionais, também é excepcional em termos da tendência anterior dos valores eleitorais em ambas as regiões — o que, indirectamente, obriga a sublinhar o efeito de eco, que corresponderia à 3.ª fase da AD, a fase em que essa formação política já só existe como memória do eleitorado.

Passando para o segundo tipo de representação, poderá ver-se com uma melhor aproximação a dinâmica que aqui se desenvolveu (figura n.º 6).

**Dinâmica partidária na Área Metropolitana do Porto**



Na sua forma básica, este registo da dinâmica dos partidos não é muito diferente do que se encontrou na AML: as mesmas «selas» no PS, o mesmo efeito da AD e do arranque do PSD depois da perturbação induzida pelo aparecimento do PRD, que funciona como um factor de fluidez do eleitorado, permitindo a sua flutuação em benefício do PSD. Apesar dessa semelhança básica, são evidentes as duas diferenças já referidas: o maior peso inicial do PPD e a reduzida importância do PCP.

R3 — NORTE LITORAL

As duas análises anteriores já justificam o interesse de uma análise regional das eleições legislativas, mas será com a passagem para uma região de tipo muito diferente, onde será de esperar encontrar configurações orientadoras do eleitorado distintas das que se encontram nos centros metropolitanos, que se poderá estabelecer o teste de relevância deste tipo de análise por regiões (quadro n.º 7).

#### Perfil eleitoral do Norte Litoral

[QUADRO N.º 7]

	PCP	PRD	PS	AD	PSD	CDS	Outros
I .....	3,27	—	29,22	—	37,95	14,43	15,14
II .....	4,23	—	32,12	—	31,32	22,25	10,07
III .....	9,43	—	30,88	51,36	0,00	0,00	8,33
IV .....	8,10	—	29,03	54,75	0,00	0,00	8,11
V .....	8,44	—	39,87	—	29,30	16,39	6,01
VI .....	7,98	17,04	22,59	—	32,79	13,33	6,27
VII .....	5,60	3,41	24,65	—	55,06	5,60	5,68
VIII .....	3,94	0,52	30,27	—	55,19	5,51	4,56

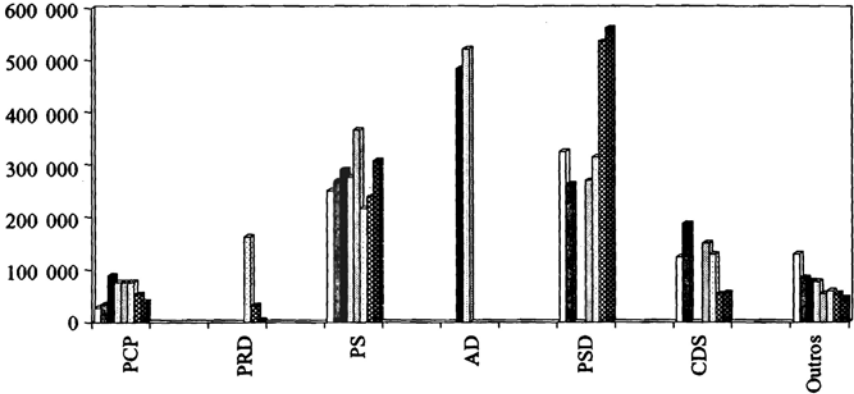
A comparação deste perfil eleitoral com os anteriores é suficiente para se confirmar que as regiões existem eleitoralmente, que há uma identidade regional do eleitorado e que a análise de eleições legislativas que se coloca apenas ao nível nacional perde informações relevantes — não implicando que sejam ilegítimas, mas devendo assumir a consciência de que algumas indicações importantes se perdem com essa simplificação inerente à utilização dos números nacionais gerais. De facto, não é fácil integrar num mesmo valor global nacional realidades eleitorais tão distintas como são estas três — ainda que, numa observação superficial, as suas realidades sociais e económicas não sejam tão contrastadas entre si como são as suas expressões eleitorais.

Aqui o PSD é claramente dominante e logo na primeira eleição (ainda que perca esta vantagem na segunda eleição em consequência do crescimento do CDS) e as suas duas maiorias absolutas são mais nítidas do que nas duas primeiras regiões. Por sua vez, o CDS tem um valor elevado logo nas primeiras eleições (onde tem a sua maior concentração em termos nacionais), mantém valores importantes até 1985 (sempre acima das suas médias nacionais) e só perde relevância quando o PSD arranca para as suas maiorias absolutas. Ou seja, o protagonismo estratégico do PSD não está aqui em dúvida, tendo como contrapartida uma fraca influência do PS, com uma única e interessante excepção, quando, depois da ruptura da AD, o PS se aproxima nesta região dos 40%,

mais de 10 pontos percentuais acima do valor que tinha obtido em 1975. Ou seja, o que atrás se identificou como a fase de transição da AD, que corresponde à sua ruptura formal, aparece nesta região de modo mais nítido do que nas anteriores como um factor de benefício para o PS (figura n.º 7).

**Perfil eleitoral do Norte Litoral**

[FIGURA N.º 7]

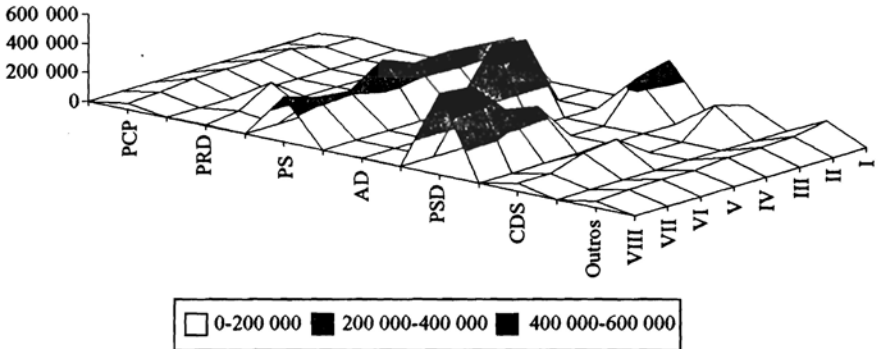


Não obstante todas as diferenças já identificadas, há dois traços fortes que aparecem destas três primeiras regiões: a dualização do sistema partidário quando observado na perspectiva do sistema eleitoral (há dois grandes protagonistas partidários, o PS e o PSD) e há um outro efeito comum ao nível da mudança introduzida pelo PRD (não altera a dualização, apesar das suas intenções expressas de o fazer, mas torna fluido o eleitorado, podendo, por isso, considerar-se que foi um factor instrumental da primeira maioria absoluta do PSD).

Esta dinâmica pode ver-se, ao nível desta região, na figura n.º 8.

**Dinâmica partidária no Norte Litoral**

[FIGURA N.º 8]



Tendo sublinhado atrás as diferenças, que são relevantes, importa também referir que, dentro de um modelo geral de dualização, as três dinâmicas regionais já analisadas também apresentam uma forma global idêntica: ainda que partindo de bases diferentes, os sistemas partidários «regionais» evoluem dentro de um sistema mais geral nacional, o sistema de problemáticas, a sua evolução no tempo, com as consequentes reacções dos eleitorados. Ou seja, há dois níveis de análise, cada um deles com a sua validade própria — mas é mais seguro estabelecer as confirmações ao nível das regiões do que confiar excessivamente nos valores nacionais. Onde existem diferenças estruturais tão nítidas, também podem vir a existir diferenças de reacção às variações de problemáticas: basta que o grau de incidência destas novas problemáticas ou o tempo de adaptação às suas manifestações sejam diferentes, como é de esperar que aconteça quando se passar para as regiões interiores e insulares.

## R4 — CENTRO LITORAL

A passagem para esta quarta região vai diminuir a nitidez obtida nos três primeiros casos, justamente porque esta é uma região intermédia, uma região onde os equilíbrios são o resultado do cruzamento interno de tendências que se encontram em expressões mais nítidas nas outras regiões e, em especial, nas duas áreas metropolitanas (quadro n.º 8).

## Perfil eleitoral do Centro Litoral

[QUADRO N.º 8]

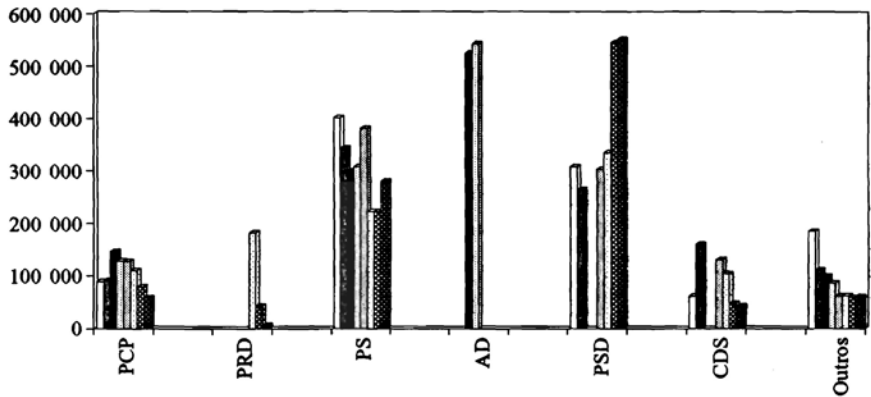
	PCP	PRD	PS	AD	PSD	CDS	Outros
I .....	8,57	—	38,41	—	29,47	5,85	17,71
II .....	9,49	—	35,37	—	27,14	16,55	11,46
III .....	13,70	—	27,99	49,04	0,00	0,00	9,26
IV .....	12,10	—	28,82	50,93	0,00	0,00	8,14
V .....	12,66	—	37,95	—	30,10	13,06	6,24
VI .....	10,88	17,94	21,83	—	32,86	10,28	6,21
VII .....	7,98	4,36	22,30	—	54,53	4,84	5,99
VIII .....	5,88	0,65	27,93	—	55,06	4,27	6,20

O domínio inicial do PS aproxima esta região da AML, mas o valor mais elevado que aqui tem o PPD evidencia a proximidade com a AMP. Os valores da AD e das maiorias absolutas do PSD mostram esta região mais próxima do Norte Litoral do que das duas regiões metropolitanas. É uma região de passagem, mas não é estritamente simétrica, aparece distorcida em direcção ao norte (figura n.º 9).

O formato geral da dualização e os efeitos da AD e do PRD já se tornaram familiares, pelo que o aspecto com mais interesse é o da dinâmica do sistema partidário regional.

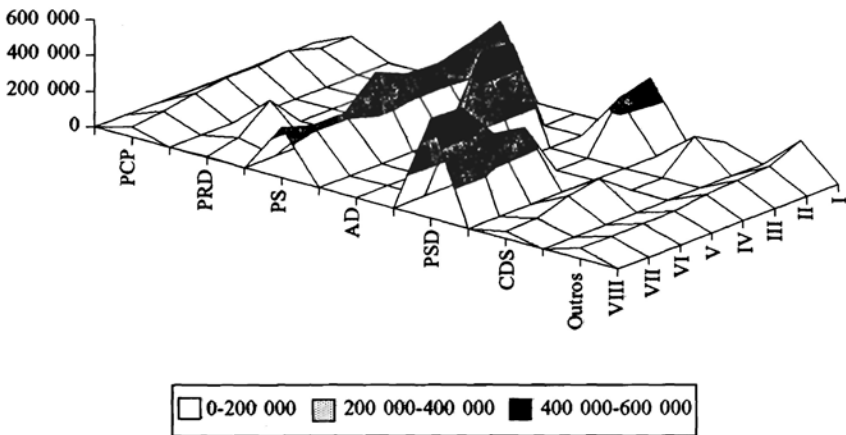
**Perfil eleitoral do Centro Litoral**

[FIGURA N.º 9]



**Dinâmica partidária no Centro Litoral**

[FIGURA N.º 10]



Neste ponto da construção do argumento interpretativo estarão já suficientemente consolidados alguns aspectos básicos: a diferença dos formatos originários do sistema partidário em cada região, a persistência de três pontos significativos comuns (o papel da AD como factor de concentração eleitoral, o papel do PRD como factor de fluidez dos eleitorados nas regiões e o novo factor de concentração eleitoral que veio a gerar a primeira maioria absoluta do PSD, beneficiando directamente da fluidez eleitoral introduzida pelo PRD),



a evolução do PS, marcada por uma dinâmica que tem duas «selas», mais ou menos pronunciadas, conforme a região considerada. Contudo, é o carácter comum destes pontos básicos, a sua expressão nacional, que coloca uma nova questão: o que produz estas expressões nacionais comuns em bases regionais que são bem diferenciadas nos seus comportamentos eleitorais? É uma questão que não pode ser resolvida no quadro destes modelos e que será retomada mais à frente.

R5 — ALGARVE

Encontra-se nesta outra região litoral um padrão eleitoral claramente diferenciado dos anteriores, com uma dominação relativa inicial mais pronunciada em favor do PS — mas com uma dinâmica que, no essencial e apesar da diferença da base de partida, é idêntica à das outras regiões, com os mesmos pontos de viragem. No entanto, importa aqui considerar o peso reduzido do seu eleitorado nos totais nacionais, o que, em princípio, retira a esta região a possibilidade de ser uma variável decisiva para a formação do poder político (quadro n.º 9).

**Perfil eleitoral do Algarve**

[QUADRO N.º 9]

	PCP	PRD	PS	AD	PSD	CDS	Outros
I .....	12,30	—	45,45	—	13,91	3,35	24,98
II .....	14,48	—	44,71	—	19,32	6,70	14,79
III .....	20,22	—	33,91	34,52	0,00	0,00	11,34
IV .....	16,72	—	34,72	37,24	0,00	0,00	11,32
V .....	18,69	—	43,03	—	23,06	7,37	7,85
VI .....	15,28	20,46	22,28	—	28,28	6,10	7,59
VII .....	10,93	6,27	24,98	—	46,74	3,11	7,98
VIII .....	7,16	0,98	31,23	—	50,81	2,83	7,00

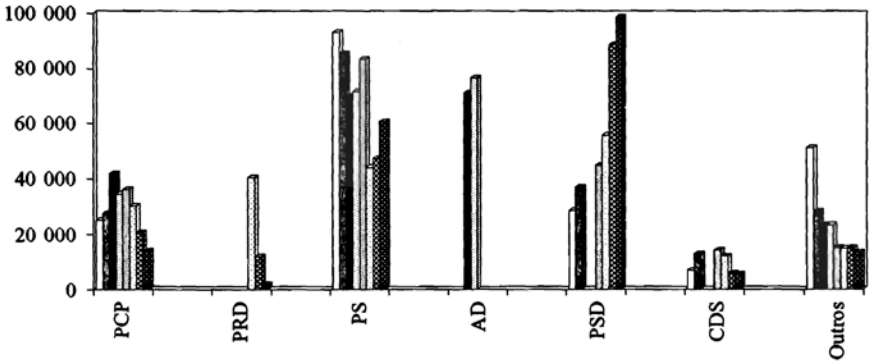
É um perfil eleitoral mais próximo do que se encontrou na AML, como consequência do maior peso do quadrante da esquerda, não só pela dominação consistente do PS, mas também pelos resultados do PCP e, por fim, pelo valor obtido pelo PRD. O quadrante da direita tem um baixo resultado na AD e valores reduzidos nos CDS — mas, quando se passa para a maioria absoluta do PSD, o incremento é considerável, sobretudo quando se tem em conta a evolução anterior (figura n.º 11).

A passagem para a dinâmica partidária permite observar o efeito crucial do aparecimento do PRD como momento de viragem do padrão até então esta-

belecido, mas também possibilita a confirmação da dualização do sistema partidário, com maior evidência nas últimas eleições (figura n.º 12).

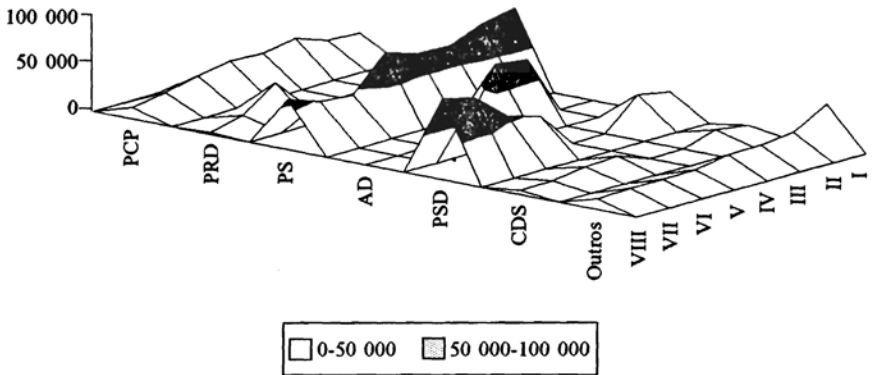
**Perfil eleitoral do Algarve**

[FIGURA N.º 11]



**Dinâmica partidária no Algarve**

[FIGURA N.º 12]



Apesar de esta dinâmica ter a mesma forma superficial que se encontrou noutras regiões, deve notar-se que a superioridade inicial do PS torna as suas duas «selas» (e, sobretudo, a segunda) muito significativas, tanto pela sua relativa resistência à AD como pela sua vulnerabilidade à primeira maioria absoluta do PSD (após o efeito de fluidez introduzido no sistema com o aparecimento e queda do PRD). Esta história eleitoral regional do Algarve, justamente porque é diferente das anteriores e porque o PSD tinha aqui uma implantação fraca em relação às suas médias nacionais, contribui para se reconhecer

que as maiorias absolutas do PSD não devem ser vistas como o resultado de um processo incremental de conquistas de eleitorado por parte do PSD, mas antes como um efeito de convergência de vários factores que encontraram no PSD o «atractor» que os organizou num resultado eleitoral bem definido.

## R6 — NORTE E CENTRO INTERIOR

Nesta organização do argumento sobre o que foi a evolução eleitoral em diversas regiões, passa-se agora para um novo tipo de comportamento eleitoral, o do eleitorado interior. Mas ainda aqui, apesar das diferenças de base de partida e das diferenças esperadas de comportamento do eleitorado, volta a encontrar-se a evidência dos mesmos factores dinâmicos que se revelaram nas observações das outras regiões (quadro n.º 10).

## Perfil eleitoral do Norte e Centro Interior

[QUADRO N.º 10]

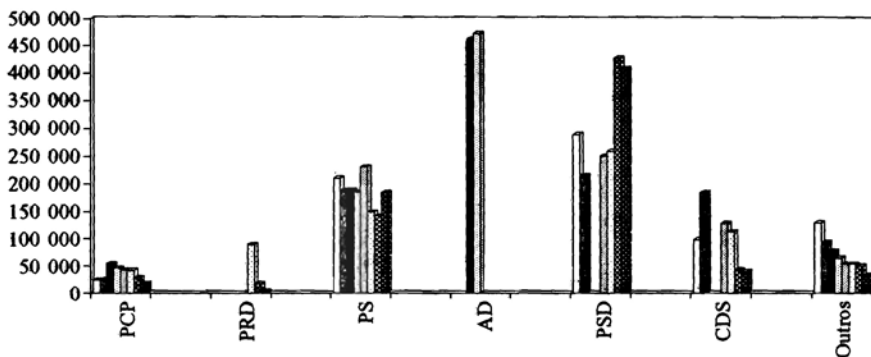
	PCP	PRD	PS	AD	PSD	CDS	Outros
I .....	3,22	—	27,97	—	38,50	13,05	17,26
II .....	3,47	—	26,61	—	30,53	26,15	13,25
III .....	6,99	—	24,12	58,99	0,00	0,00	9,91
IV .....	6,06	—	24,05	61,46	0,00	0,00	8,43
V .....	6,08	—	32,69	—	35,46	18,19	7,58
VI .....	6,05	12,64	21,12	—	36,65	15,95	7,58
VII .....	4,05	2,46	20,04	—	60,21	6,12	7,12
VIII .....	2,66	0,58	26,85	—	59,29	5,81	4,81

Sendo um perfil eleitoral substancialmente diferente de outros, e que apenas se aproxima do que se encontrou no Norte Litoral, tem duas informações significativas após as eleições de 1985: o efeito do aparecimento do PRD concentra-se no PS (ainda que não se possa excluir algum efeito no CDS e num menor crescimento do PSD), mas, depois, a maioria absoluta do PSD absorve toda a fluidez criada no eleitorado pela existência do PRD: apesar da queda do PRD, confirmada nas duas eleições seguintes, o PS e o CDS continuam a cair, ao mesmo tempo que o PCP acentua a sua pequena relevância. Se é indiscutível o poder de concentração do PSD, deve também notar-se o efeito de dualização conseguido pelo PS, como segundo pólo de concentração: embora o crescimento aqui conseguido seja pequeno, o indicador obtido nesta região permite enquadrar melhor o que se passa nas outras regiões em relação ao PS, confirmando que há uma efectiva recuperação da relevância do PS nas últimas eleições consideradas nesta análise e que passou a beneficiar da tendência de dualização

do sistema partidário (realizando, mais lentamente, o que o PSD conseguiu obter depressa, ao beneficiar do «efeito de eco» da AD) (figura n.º 13).

**Perfil eleitoral do Norte e Centro Interior**

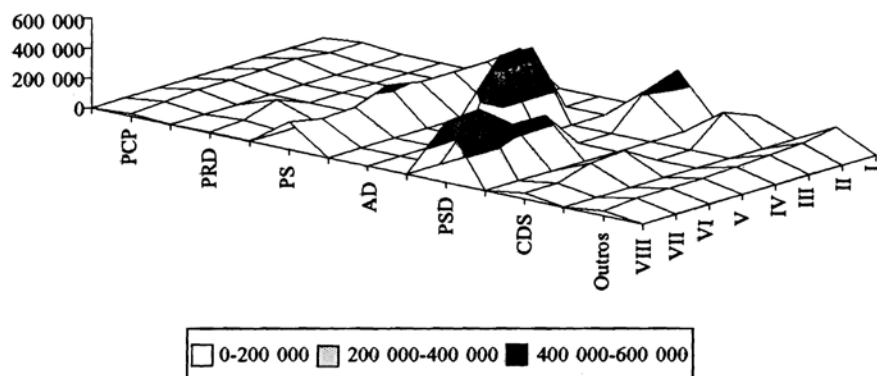
[FIGURA N.º 13]



Esta evidência de dualização que se encontra nesta região torna especialmente interessante a imagem dinâmica que resulta destes resultados eleitorais (figura n.º 14).

**Dinâmica partidária no Norte e Centro Interior**

[FIGURA N.º 14]



Poderá parecer um excesso analítico falar de dualização de um sistema partidário quando a sua dinâmica revela apenas uma clara concentração de dominação de um partido, o PSD — sobretudo quando, nas eleições mais recentes, consegue absorver o CDS, que chegou a ter aqui valores eleitorais significativos. No entanto, e apesar desta dominação nítida, o sistema partidário

continuou a ter uma dinâmica relevante, como se vê pela evolução do PS e pelo efeito do PRD. Apesar da relativa simplicidade quando se consideram apenas os grandes números, é na interpretação dos pequenos valores que se encontra a confirmação de padrões que são comuns a todas as regiões. Neste sentido, é no quadrante da esquerda que os resultados eleitorais obtidos nesta região são mais interessantes como indicação da dinâmica de dualização do sistema partidário nacional, permitindo observar, em escala reduzida, pormenores de padrões globais que só nesta escala são perceptíveis.

R7 — ALENTEJO

Nos seus traços gerais, esta é a região continental mais contrastada em relação aos indicadores médios nacionais. No entanto, o seu reduzido peso numérico não permite que esta singularidade se venha a reflectir nas dinâmicas nacionais. Porém, também aqui a informação disponível auxilia a interpretação das tendências mais gerais — confirmando que, em democracia e, pelo menos, ao nível da análise, todos os votos contam, mesmo aqueles que não interferem nas fórmulas do poder ou que se afastam dos valores nacionais gerais (quadro n.º 11).

#### Perfil eleitoral do Alentejo

[QUADRO N.º 11]

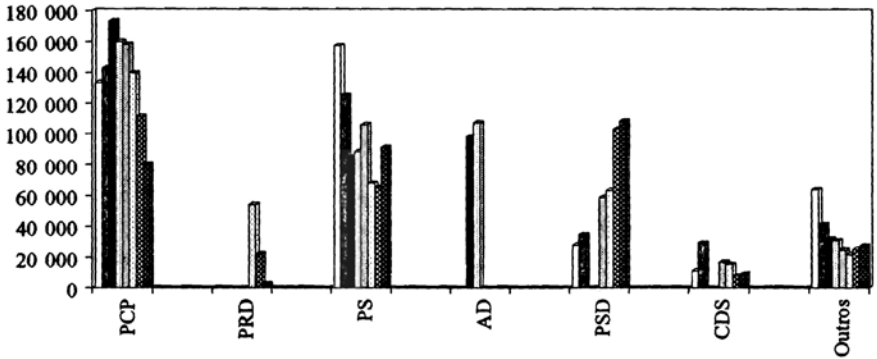
	PCP	PRD	PS	AD	PSD	CDS	Outros
I .....	12,30	—	45,45	—	13,91	3,35	24,98
II .....	14,48	—	44,71	—	19,32	6,70	14,79
III .....	20,22	—	33,91	34,52	0,00	0,00	11,34
IV .....	16,72	—	34,72	37,24	0,00	0,00	11,32
V .....	18,69	—	43,03	—	23,06	7,37	7,85
VI .....	15,28	20,46	22,28	—	28,28	6,10	7,59
VII .....	10,93	6,27	24,98	—	46,74	3,11	7,98
VIII .....	7,16	0,98	31,23	—	50,81	2,83	7,00

É um perfil eleitoral sem comparação com qualquer outro. Mas tem como principais pontos de interesse os mesmos que se encontram nas outras regiões continentais: o primeiro efeito de concentração da AD (à custa do PS, pressionado bilateralmente, pois a existência da AD também contribuiu para o aumento do PCP), o efeito do PRD (que interfere com os dois partidos vizinhos, o PS e o PCP), o segundo efeito de concentração através do PSD (que atinge mesmo a posição de primeiro partido na região) e o efeito de dualização (quando o PS consegue ultrapassar o PCP). Em suma, a observação dos resultados eleitorais no Alentejo confirma que o interesse da identificação das diferenças não é incom-

patível com o valor da informação recolhido no que é idêntico, no que obedece a um padrão que é global, mas que só ganha a força da evidência quando se pode mostrar como é que esse padrão global é construído (figura n.º 15).

**Perfil eleitoral do Alentejo**

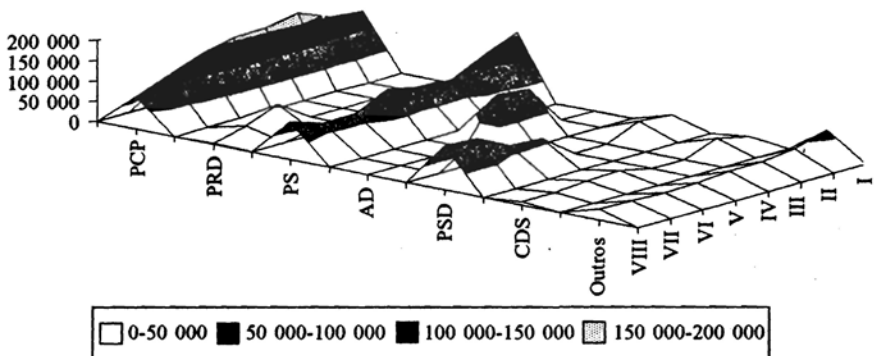
[FIGURA N.º 15]



A outra linha de confirmação analítica que esta região oferece, justamente por ser muito diferenciada das outras, é a necessidade da análise dinâmica dos sucessivos resultados eleitorais. O que importa explicar é a sucessão de mudanças de padrões relevantes — mesmo se, nas análises superficiais, nada parecesse estar a passar-se no Alentejo durante sucessivas eleições, pois os resultados pouco poderiam variar. De facto, quando se observa com mais detalhe, a história eleitoral do Alentejo é uma das mais interessantes de todas as regiões nacionais (figura n.º 16).

**Dinâmica partidária no Alentejo**

[FIGURA N.º 16]



Ainda que a uma escala diferente, é marcante a semelhança desta dinâmica partidária com a que se encontrou na Área Metropolitana de Lisboa. É um resultado inesperado, pois as duas regiões têm composições sociológicas muito distintas. Mas é um resultado sistémico compreensível quando se observa o efeito do PCP no formato deste sistema partidário: a sua importância e o processo da sua queda geram, em regiões muito diferentes, o mesmo tipo de formas dinâmicas de relacionamento entre os partidos e de ajustamento do eleitorado às suas possibilidades de escolha.

R8 — AÇORES E R9 — MADEIRA

A passagem para as regiões autónomas implica um salto de continuidade: estabelecendo diferenças significativas com as regiões do continente, estas regiões autónomas têm identidades políticas próprias, como se não fosse mesmo possível compará-las com as realidades políticas das regiões continentais. Nos seus traços globais, a relação estratégica mais relevante é a de um partido dominante que se mantém nesse estatuto como se os resultados do seu exercício do poder não fossem condição suficiente para gerar no eleitorado uma vontade de alternativa. É admissível que isso seja conseguido através de uma combinação eficaz da sistemática desvalorização dos partidos e personalidades que poderiam protagonizar essa alternativa com a utilização hábil de um confronto latente com o poder central nacional (qualquer que seja o partido dominante no poder nacional) para assim manter margem de manobra autónoma do poder regional ou mesmo para ganhar junto do eleitorado uma defesa para os resultados da acção governativa regional. É este confronto latente com outro tipo de poder que impossibilita uma comparação das dinâmicas políticas destas regiões insulares com as dinâmicas políticas das regiões continentais.

Para se poder examinar a dinâmica política das regiões autónomas (mais variada do que parece quando apenas se utilizam os resultados eleitorais globais) seria necessário alargar este texto para um número de páginas inconveniente, pelo que apenas se fará aqui a aplicação do mesmo modelo básico que se utilizou para as outras regiões continentais (quadro n.º 12).

#### Perfil eleitoral dos Açores

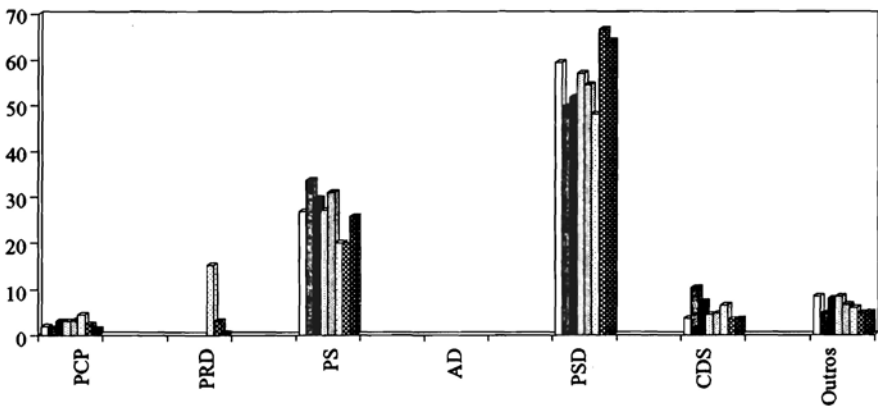
[QUADRO N.º 12]

	PCP	PRD	PS	PSD	CDS	Outros
I .....	1,88	—	26,84	59,36	3,54	8,38
II .....	1,48	—	33,74	49,71	10,45	4,63
III .....	3,05	—	29,76	51,87	7,30	8,01
IV .....	3,05	—	27,16	56,99	4,41	8,39
V .....	3,07	—	31,10	54,46	4,68	6,68
VI .....	4,35	15,16	20,02	48,15	6,44	5,88
VII .....	2,29	3,02	19,97	66,61	3,28	4,84
VIII .....	1,34	0,36	25,80	64,12	3,43	4,96

A falta da AD é, só por si, um factor que impede a comparação com as outras regiões do continente. Mas, em contrapartida, o efeito do PRD permite confirmar aqui a interpretação das suas consequências estratégicas: atinge o PS e o PSD, mas, quando desaparece, só beneficia o PSD (que atinge o seu maior peso percentual justamente nas eleições em que o PRD perde a sua relevância). Por outro lado, também se torna evidente que o efeito de concentração do PSD, na fase final das duas últimas eleições, atinge todos os outros partidos. Na sua singularidade, o eleitorado açoriano contribui para que se compreenda melhor o que tem sido a dinâmica eleitoral no sistema político português: é porque não são eleitorados directamente comparáveis, na medida em que se referenciam a sistemas partidários diferentes e a condições governativas distintas mesmo quando votam nas eleições legislativas nacionais, que se tornam mais relevantes os pontos comuns entre as diversas regiões nacionais (figura n.º 17).

**Perfil eleitoral dos Açores**

[FIGURA N.º 17]



Para além do acentuado contraste com todos os outros perfis eleitorais encontrados nas outras regiões, compreende-se que, neste tipo de formato, o essencial da dinâmica política se concentre no interior do PSD (ainda que uma análise por ilhas pudesse mostrar que, sob esta superfície de domínio incontestado de um só partido, há realidades locais mais diversificadas) (figura n.º 18).

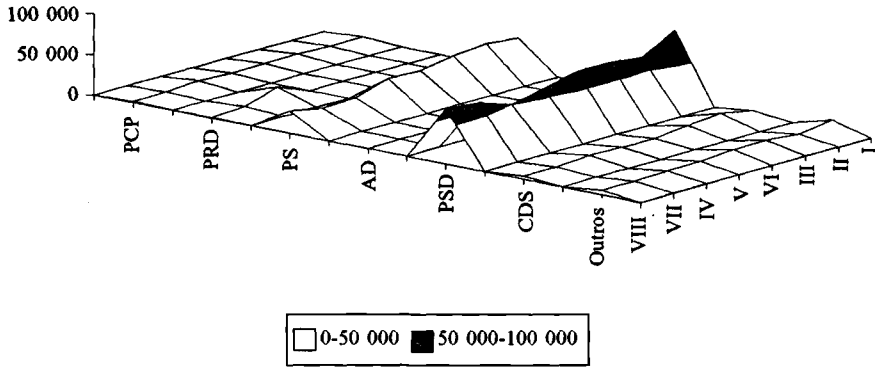
Ao contrário do que acontecia nas regiões do continente, nos Açores as duas «selas» que apareciam na evolução dos resultados eleitorais do PS são mais nítidas no PSD, a primeira correspondendo a subidas do PS e do CDS (que, acontecendo a muito curto prazo depois da eleição fundadora, podem ser interpretadas como pertencendo a uma dinâmica de ajustamento) e a segunda aparecendo como um efeito directo da formação do PRD (que, nos Açores, atinge os eleitorados do PS e do PSD), de que o PSD recupera em termos percentuais



para obter a sua maior vantagem relativa percentual (mas não em número de eleitores).

**Dinâmica partidária nos Açores**

[FIGURA N.º 18]



Na Madeira há, superficialmente, uma situação idêntica de domínio do PSD, mas uma análise de mais pormenor revela algumas diferenças (quadro n.º 13).

**Perfil eleitoral da Madeira**

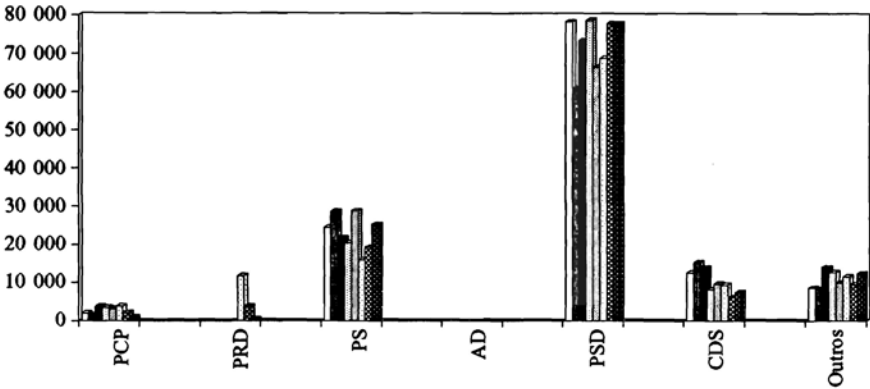
[QUADRO N.º 13]

	PCP	PRD	PS	PSD	CDS	Outros
I .....	1,63	-	19,43	62,07	10,03	6,87
II .....	1,46	-	24,96	53,03	13,33	7,22
III .....	3,04	-	17,19	57,74	10,99	1,04
IV .....	2,91	-	16,51	63,56	6,67	10,35
V .....	2,79	-	24,30	56,23	8,21	8,46
VI .....	3,22	9,66	13,15	56,69	7,77	9,50
VII .....	1,91	3,28	16,16	65,42	5,19	8,04
VIII .....	0,95	0,48	20,18	62,36	6,06	9,98

O domínio do PSD é, na Madeira, ainda mais nítido do que nos Açores, mas é aqui mais relevante (embora para um volume de votos pouco significativo) a oposição bilateral, com a divisão dos poucos votos restantes entre o PS e o CDS ou mesmo com a categoria residual de «outros», com mais peso na Madeira do que nos Açores. E há ainda outra diferença relevante no que se refere ao efeito do PRD, que, na Madeira, tem a expressão mais fraca de todas as regiões consideradas, o que parece indicar que não havia, neste eleitorado, qualquer fluidez interna a explorar (figura n.º 19).

**Perfil eleitoral da Madeira**

[FIGURA N.º 19]

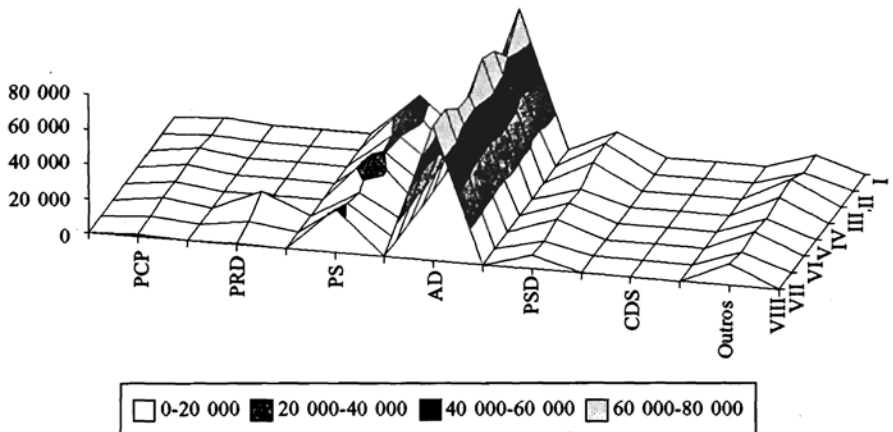


Embora integrado no sistema partidário nacional (com a exceção do período em que existiu a AD), o sistema partidário da Madeira apresenta um perfil bem diferente do que aparece nas análises nacionais — e até suficientemente diferente do sistema partidário dos Açores para justificar uma análise comparada destas duas situações (que não será feita aqui).

Para além da originalidade específica desta situação política, ela obriga também — e é o único caso — a alterar ligeiramente o ângulo de apresentação da figura da dinâmica partidária, pois sem isso não seria possível visualizar o PS em consequência do grau de dominação do PSD (figura n.º 20).

**Dinâmica partidária na Madeira**

[FIGURA N.º 20]



As duas «selas» no PSD aparecem aqui, como nos Açores, em claro contraste com o que acontece nas regiões do continente, onde esse tipo de oscilações se encontra no PS. E também se verifica que o efeito do PRD se exerce essencialmente sobre o PS (ao contrário do que se viu nos Açores, onde o PRD captou votos do PSD), com o seu desaparecimento a beneficiar não só PS, mas também o PSD.

#### 2.1.1. COMENTÁRIO GERAL

Terá ficado claro que há uma diferença considerável entre uma análise eleitoral feita em referencial nacional e a análise dos mesmos valores eleitorais quando se passa para o nível das regiões. Este era o principal objectivo desta secção: mostrar um outro tipo de complexidade da relação política que raras vezes é evidenciada nas análises dos sistemas partidários e dos movimentos dos eleitorados.

Mas, se esta diferenciação das regiões ficou bem evidenciada, por vezes quase ao nível de caricatura, ficou também evidenciado que não há incompatibilidade entre essas diferenças regionais e a existência de factores nacionais comuns, de grandes acontecimentos que produzem o mesmo tipo de efeitos eleitorais em todas as regiões e que, desse modo, são organizadores de comportamentos ao ponto de lhes oferecerem a possibilidade de formarem padrões consistentes. Os resultados eleitorais portugueses revelam a existência de pontos de atracção, de verdadeiros atractores no sentido utilizado nas análises dinâmicas de sistemas complexos, que organizam os comportamentos eleitorais em torno das possibilidades que geram ou que permitem antever e com efeitos (como é o caso da AD e, em menor medida, do PRD) que podem persistir mesmo para além da existência desses acontecimentos e dessas entidades.

Quando observados nesta perspectiva, os «atractores» (a primeira votação do PS, a AD, o PRD e as maiorias absolutas do PSD) organizam-se numa sequência bem definida: equilíbrio perante uma deslocação inicial para a esquerda (com o PS como «atractor», através da sua diferenciação em relação ao regime anterior e em relação ao PCP), estabilização com orientação conservadora (com a passagem da função de atracção para a AD), expectativa de uma nova fundação do sistema partidário com o PRD (onde a componente presidencial se mistura com as intenções de renovação do sistema partidário através da intenção última de impor o sacrifício do PS) e, mais uma vez, a recuperação de uma vontade eleitoral de deslocação para a direita que se mistura com um difuso projecto de estabilidade política através da personalização do poder em duas figuras dominantes, o Presidente da República e o primeiro-ministro (que se sustentam mutuamente através das suas diferenças relativas). De modos diferentes em cada região, todos estes factores de atracção de linhas de possibilidades estão presentes nos resultados eleitorais: é esta repetição na diferença que revela o interesse destes factores organizadores dos comportamentos dos eleitorados.

## 2.2. O FACTOR CRÍTICO DA DECISÃO ELEITORAL: A ABSTENÇÃO

A identificação dos factores organizadores dos comportamentos eleitorais coloca no primeiro plano a indicação de que a dinâmica eleitoral foi predominantemente orientada pela finalidade da correcção de um desvio inicial, de uma deslocação originária do sistema político para o quadrante da esquerda, que, de eleição em eleição, o eleitorado procura corrigir, com mais ou menos intensidade, conforme a potencialidade estratégica dos «atractores» que lhe são oferecidos, mas sempre dentro da mesma tendência básica, que acabará por conduzir ao resultado excepcional da maioria de um só partido, localizado no espaço do centro-direita, apesar de a contagem de votos obedecer a um tipo de «tradução» dispersiva, como acontece com um sistema eleitoral de representação proporcional.

Mas será esta efectivamente uma tendência do eleitorado, da sociedade portuguesa, em resposta à sua evolução política, ou será apenas a tendência expressa pelos votantes, aqueles que não se abstêm? Nas análises eleitorais das regiões homogéneas atrás apresentadas não foi considerado o factor abstenção. Sendo uma lacuna grave (até porque tem aumentado regularmente, com excepção das eleições de 1979 e de 1980), isso poderia justificar-se pela dificuldade que existe, e que não é superável, em estabelecer indicadores rigorosos dos valores da abstenção: a crescente desactualização dos cadernos eleitorais não permite separar o que é abstenção administrativa do que é abstenção deliberada. Pela sua própria natureza, esta distorção inerente à desactualização dos cadernos eleitorais prejudica a utilização deste factor. A questão aumenta de importância se, como se procura mostrar nesta secção, a abstenção constituir uma variável crítica para a interpretação dos resultados eleitorais em Portugal.

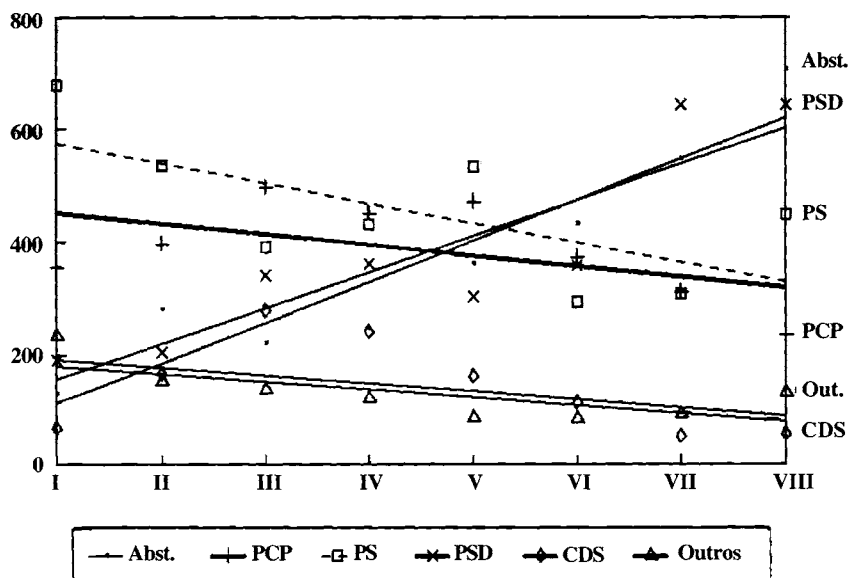
Mas o motivo para deixar a abstenção para este ponto é de outra índole. Da análise das regiões homogéneas retirou-se uma indicação de tipo estrutural que poderia parecer contraditória: por um lado, todas as regiões têm histórias eleitorais diferentes; por outro lado, essas histórias eleitorais diferentes evidenciam manifestações que são comuns a todas as regiões e que, por isso mesmo, devem ser interpretadas como factores significativos para a interpretação das eleições. Com a abstenção aparece uma indicação estrutural ainda mais pronunciada: sendo também diferentes as histórias das abstenções em todas as regiões, a sua tendência é a mesma em todas as eleições. De facto, este factor foi isolado porque, qualquer que seja a margem de erro na contagem da abstenção, este factor tem uma evolução sistemática e comum a todas as regiões do continente, só se afastando dessa tendência única nos casos dos Açores e da Madeira (mas para estabelecer uma outra tendência forte cuja interpretação é estritamente compatível com a que se estabelece para os resultados do continente).

É essa tendência dominante que se ilustra nas figuras que se seguem, onde, para cada região, se definem as rectas de regressão da abstenção e das votações nos diversos partidos. Para realizar este tipo de análise é necessário proceder a duas manipulações dos resultados eleitorais que foram apresentados nas pági-

nas anteriores. É necessário transformar o voto na AD (que só tem duas observações, o que não é significativo, e que interrompe as tendências longas do PSD e do CDS), o que é feito, em cada região, distribuindo esse voto pelos dois partidos, PSD e CDS, em função da média das votações que obtiveram na eleição anterior e na eleição posterior à AD — o erro possível que assim se comete com esta hipótese de distribuição da votação da AD não alterará a indicação da tendência. Em segundo lugar, não se podem considerar os votos no PRD neste tipo de análise: as suas três observações são insuficientes para estabelecer uma tendência comparável com as dos outros partidos, mas também não se poderiam incluir esses votos na classe residual «Outros», pois isso iria alterar a tendência desta classe nas três últimas eleições, sem que se justifique, até pelo seu efeito de «atractor» relevante, comparar o PRD com estes partidos de menor expressão eleitoral ou com os votos brancos e nulos, que também se incluem nesta classe residual (figura n.º 21).

### Área Metropolitana de Lisboa

[FIGURA N.º 21]



A principal indicação desta figura está na quase sobreposição da evolução da abstenção e da votação no PSD: isto significa que, em termos relativos com os outros partidos, a votação no PSD não tem sido atingida pela abstenção. Pelo contrário, o facto de as rectas de regressão da votação dos outros partidos cortarem a recta de regressão da abstenção mostra que a votação desses partidos tem sido atingida pela abstenção. Esta é a indicação essencial, pois identifica

um comportamento eleitoral de afastamento das posições iniciais descentradas para a esquerda com refúgio na abstenção (o efeito de desilusão terá sido mais forte do que o efeito de atracção de outros partidos), enquanto no PSD há um crescimento continuado do número de eleitores, como se aqui não tivesse havido motivos de desilusão em todo este período.

Incidentalmente, esta figura também mostra um interessante paralelismo, nesta região, entre dois pares de partidos, o PS e o PCP, com valores elevados do eleitorado, o CDS e «Outros», com valores residuais do eleitorado. Em qualquer destes dois pares há uma clara tendência de descida do número de eleitores, com contributos para a abstenção.

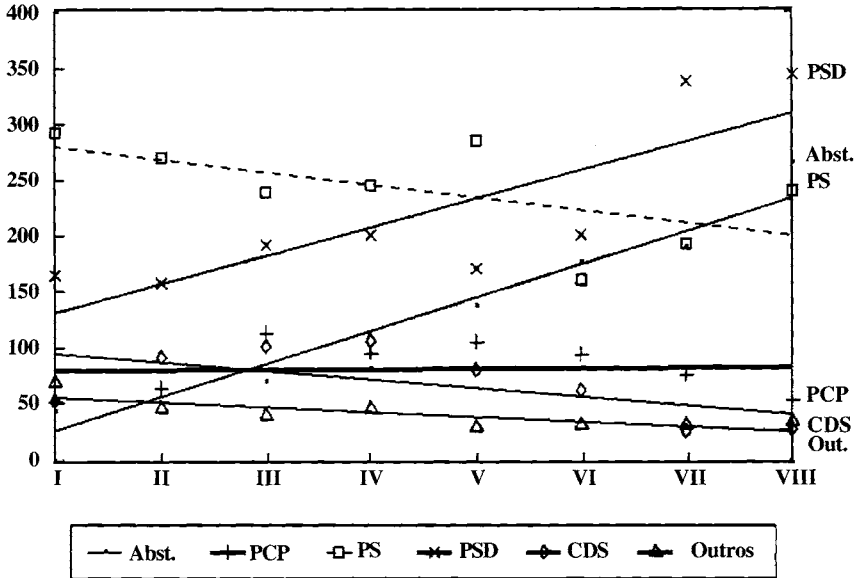
Deverá notar-se ainda que o padrão de chegada, tal como se define na última eleição considerada, é bastante diferente do padrão de tendência para todo o período, sobretudo no que se refere ao PS (com importante recuperação em 1991) e ao PCP (com perdas importantes em relação à sua tendência). A subida de «Outros» nesta última eleição está influenciada pelo aparecimento do Partido da Solidariedade Nacional, o que coloca este grupo num resultado que é superior à tendência longa de perda de relevância deste grupo residual de expressões eleitorais (que, recorde-se, inclui os votos brancos e nulos). Esta diferença no padrão definido pelas últimas eleições do período é um ponto interessante, pois ele indica que há tensões fortes no sistema eleitoral (pelo menos nesta região), ainda que a reprodução da maioria absoluta do PSD, pelo seu carácter excepcional, encubra esse outro sinal com uma imagem superficial de estabilidade.

Este novo tipo de evidência oferecida pelos resultados eleitorais abre uma nova hipótese interpretativa: se a abstenção tem este efeito estrutural, há um factor crítico da decisão eleitoral que é constituído pela não-escolha, pela saída do sistema eleitoral, obrigando a colocar no primeiro plano da interpretação eleitoral em Portugal a dinâmica da desilusão, das motivações para a saída do sistema eleitoral. E, a confirmar-se a existência deste efeito em todas as regiões, mesmo o carácter excepcional das maiorias do PSD encontra aqui uma justificação essencial: tanto essas maiorias absolutas como o bloqueamento das alternativas estarão directamente relacionados com a assimetria da abstenção (figura n.º 22).

A passagem para a Área Metropolitana do Porto permite evidenciar os primeiros constrastes entre estas duas histórias eleitorais dos principais centros urbanos, apesar de elas parecerem ser, do ponto de vista sociológico, as mais semelhantes das regiões em que Portugal se pode diferenciar. Antes das diferenças, contudo, sobressai o que é comum com Lisboa: a linha de tendência do PSD é paralela à linha de tendência da abstenção, confirmando-se que, também no Porto, o PSD não gera abstenção em valores significativos. E as linhas de tendência dos outros partidos evidenciam, pelo contrário, que todos eles sofreram o efeito da abstenção. Por outro lado, também se verifica que o padrão de chegada é diferente do padrão estrutural, embora esta especificidade das últimas eleições seja menos pronunciada no caso da AMP (o que indica uma maior estabilidade estrutural em comparação com a que se passa na AML.)

## Área Metropolitana do Porto

[FIGURA N.º 22]



As diferenças mais marcantes resultam dos pesos relativos do PCP e do PSD nas duas regiões, que invertem as suas posições quando se passa de Lisboa para o Porto e com o PCP a ter uma tendência de perda menos marcada na AMP — até porque a sua importância relativa nesta região é menor. Também na abstenção há uma diferença de pormenor: o seu crescimento é menos acentuado no Porto quando comparado com a evolução desta variável em Lisboa.

Tanto as semelhanças como as diferenças nestas duas regiões indicam que a hipótese de se considerar a abstenção como o factor crítico da decisão eleitoral neste período em que se realizaram oito eleições legislativas é confirmada por este tipo de análise — pois as diferenças são secundárias e não contrariam a explicação estrutural que decorre da evidência do que é idêntico (figura n.º 23).

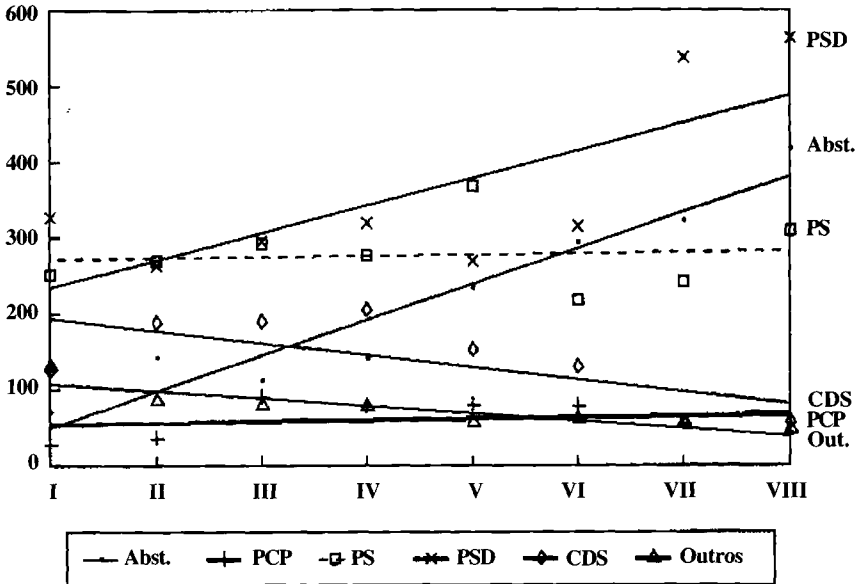
Com a passagem para esta estrutura dos resultados do Norte Litoral começa a evidenciar-se uma outra base de comparação destes resultados eleitorais diferenciados por regiões. Há elementos comuns muito nítidos que se encontram nos três casos já considerados: o paralelismo da votação no PSD e da abstenção, a diferença entre o último padrão de resultados para cada partido e o padrão tendencial definido para as oito eleições em cada partido.

Mas também começa a evidenciar-se a existência de «famílias» estruturais: o caso do Norte Litoral é muito mais próximo da Área Metropolitana do Porto do que da Área Metropolitana de Lisboa. No Norte Litoral, como no Porto, a

abstenção cresce menos lentamente do que em Lisboa, o PSD tem, mais cedo ainda do que no Porto, a posição dominante e o PS tem aqui uma posição mais frágil. E a mesma estrutura de «famílias» aparece nas diferenças entre o padrão de chegada e o padrão de tendências: no Porto e no Norte Litoral, o PS tem um valor final menos afastado da linha de tendência do que se encontra em Lisboa e, por sua vez, o desvio positivo do PSD é mais nítido nestas duas últimas regiões do que na primeira. Finalmente, estes três primeiros casos permitem identificar um subsistema de análise restrito: se for excluído o efeito excepcional do peso do PCP em Lisboa, a evolução eleitoral centra-se em dois partidos, o PS e o PSD, e na abstenção, tornando-se evidente que este último factor é importante não tanto pelos seus valores absolutos (habitualmente, o indicador essencial para interpretação das eleições) como pelo facto de a abstenção não ter uma distribuição homogénea nem simétrica, oferecendo, assim, uma vantagem fundamental para o PSD durante este período.

Norte Litoral

[FIGURA N.º 23]

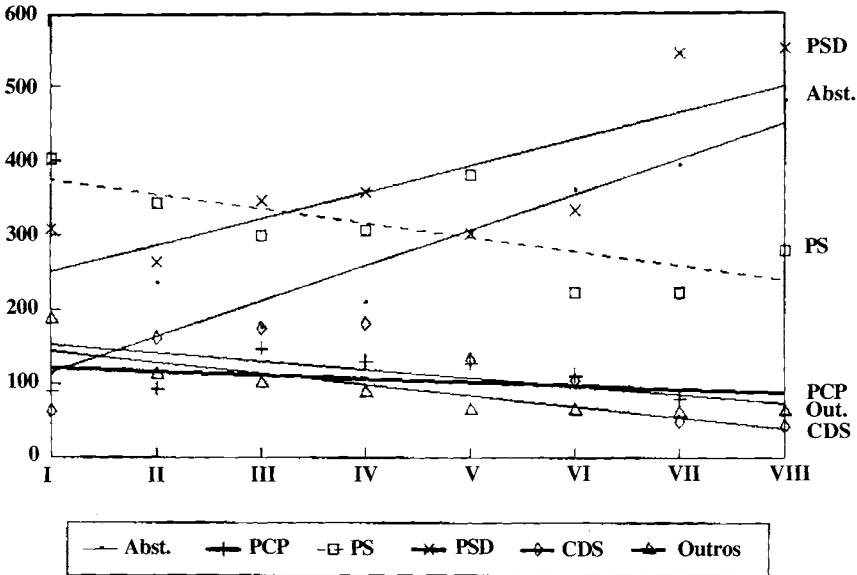


A identificação destas «famílias» estruturais, se for confirmada nas outras regiões, permite recompor a unidade dos resultados nacionais de um novo modo: o que realmente determina a tendência nacional e a formação do poder é uma agregação de tendências regionais diferentes, pelo que a interpretação dos resultados nacionais não pode dispensar esta análise regional mais circunscrita (figura n.º 24).



## Centro Litoral

[FIGURA N.º 24]



A região Centro Litoral evidencia os mesmos traços fortes das outras regiões (a importância de dois partidos, o papel da abstenção assimétrica), mas estabelece uma transição entre o Norte Litoral e a Área Metropolitana de Lisboa, ainda que pertencendo à «família» em que se integra a Área Metropolitana do Porto. Ver-se-á mais à frente, quando se chegar à estrutura total do continente, que esta região do Centro Litoral é aquela que mais se aproxima da história eleitoral do continente, designadamente no que se refere às três variáveis principais, o PS, o PSD e a abstenção. Porém, o facto de esta região de transição corresponder também à estrutura de tendências do continente ao mesmo tempo que se integra na «família» estrutural setentrional mostra que os resultados eleitorais nacionais são influenciados, na resolução do seu significado para a formação do poder, pelas estruturas regionais do Norte.

Esta característica de região «média» permite sublinhar um outro aspecto inerente a este tipo de análise quando ele gera, como acontece com Portugal, resultados regionais muito diferenciados: até que ponto foi turbulenta a história eleitoral da democracia portuguesa, até que ponto são dessintonizados os movimentos destes eleitorados regionais, até que ponto são «inesperados» os resultados eleitorais quando se abandona o nível superficial dos resultados globais.

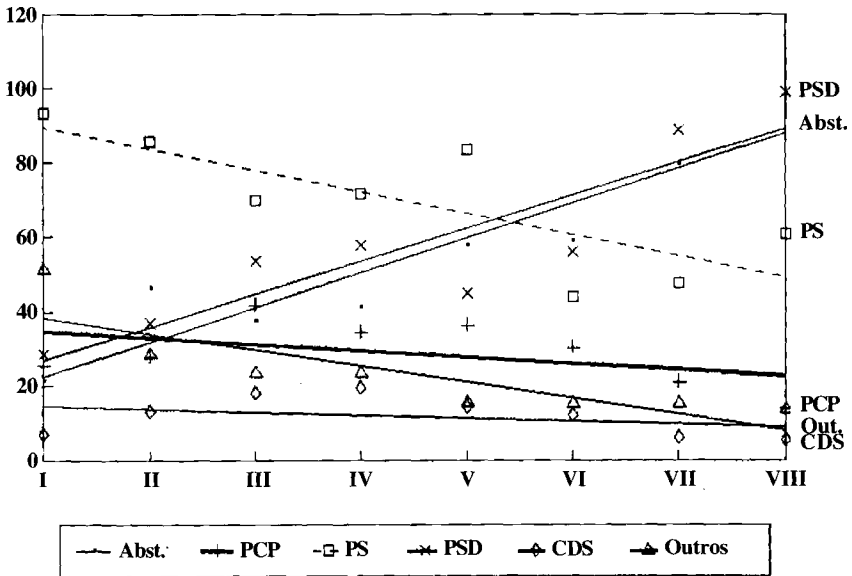
É uma oportunidade para ilustrar a grande variedade de níveis do trabalho político quando se trata de formar uma opinião eleitoral: mesmo numa socie-

dade com um elevado grau de homogeneidade, o eleitorado é uma entidade colectiva de grande complexidade que não pode ser tratada numa visão única nem através de um discurso político único. A pesquisa e a identificação desta variedade do sistema eleitoral aparecem, perante a evidência dos resultados das eleições portuguesas, como necessidades analíticas de primeira importância, mas é muito provável que a sua importância ainda seja maior, e mais operativa, quando se trata de programar a acção política. Implicitamente, fica também identificada uma outra perspectiva para colocar as questões, centrais em democracia, da representação e da comunicação: o que se representa é complexo e múltiplo, mesmo que o voto seja dirigido a um partido com uma identidade específica, o que se comunica tem de ser diferenciado em função das diferentes audiências a que se dirige o partido que concorre a eleições.

Esta diferenciação de resultados nacionais em termos regionais não é a única diferenciação possível. As classificações sociais e profissionais dos eleitores, as suas estruturas etárias ou a evolução do tipo de votação por amostras significativas de eleitores são outros exemplos de diferenciação úteis para a interpretação dos comportamentos eleitorais. Isto é, o modo menos esclarecedor de tratamento das eleições é, afinal, o que se tornou mais comum, a mera contagem dos grandes agregados nacionais — uma excessiva simplificação que perde importantes informações democráticas (figura n.º 25).

Algarve

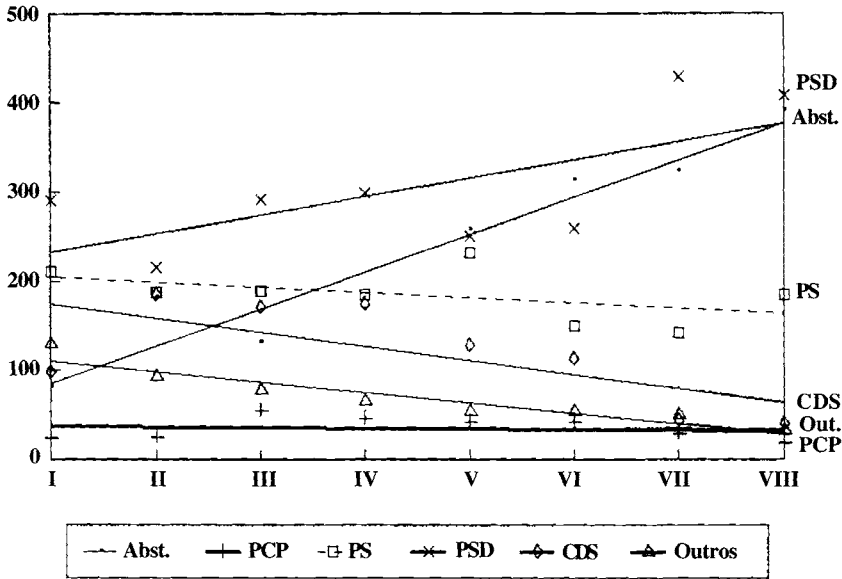
[FIGURA N.º 25]



Na identificação das «famílias» eleitorais regionais, o Algarve aparece associado à Área Metropolitana de Lisboa: o papel dominante do PS até à sexta eleição, o PCP com mais peso do que nas regiões do Norte e do Centro, a evolução das votações no PSD praticamente sobreposta à evolução da abstenção, um padrão de chegada (com relevo para os casos do PS e do PCP, em sentidos opostos) distinto do padrão tendencial global nesta região. O reduzido peso eleitoral desta região nos totais nacionais não lhe permite ter um grande relevo na formação do poder político, mas nem por isso deixa de ser digno de nota este contraste entre as regiões do Norte e as regiões do Sul, que coloca o Centro Litoral como região de passagem, que, de modo sintomático para a interpretação dos resultados nacionais, está mais próxima do padrão setentrional do que do padrão meridional (no espaço português, mas oposto ao que se encontra, para a mesma divisão geográfica, em Itália) (figura n.º 26).

Norte e Centro Interior

[FIGURA N.º 26]



Nesta questão da composição das «famílias» regionais eleitorais é o Norte e Centro Interior que «decide», pelo menos nestas primeiras oito eleições, o padrão global do período ao resolverem o equilíbrio gerado pelas regiões já consideradas em favor do padrão mais conservador estabelecido nas regiões setentrionais. Este papel «decisor» desta região interior aparece nesta análise porque a ordem de tratamento das regiões foi previamente escolhida. Contudo,

esta escolha não é ocasional, tem um sentido: sendo claro que o essencial do eleitorado se concentra nas zonas litorais, correspondendo ao efeito geral de litoralização da população portuguesa, um eventual equilíbrio eleitoral nas regiões litorais terá de ser resolvido pelas opções tomadas nas regiões do interior. Uma região pode ser «decisora» dos resultados eleitorais sem que tenha de se lhe atribuir um qualquer papel de vanguarda na formação da opinião política nacional. Para essa função «decisora», o que conta é o peso do seu eleitorado no sistema de equilíbrios gerado pelas outras regiões — e, nesse aspecto, os 12% do Norte e Centro Interior são mais importantes do que os 6% do Alentejo. Também neste último factor marginal, as estruturas do Norte são mais potentes do que as estruturas do Sul.

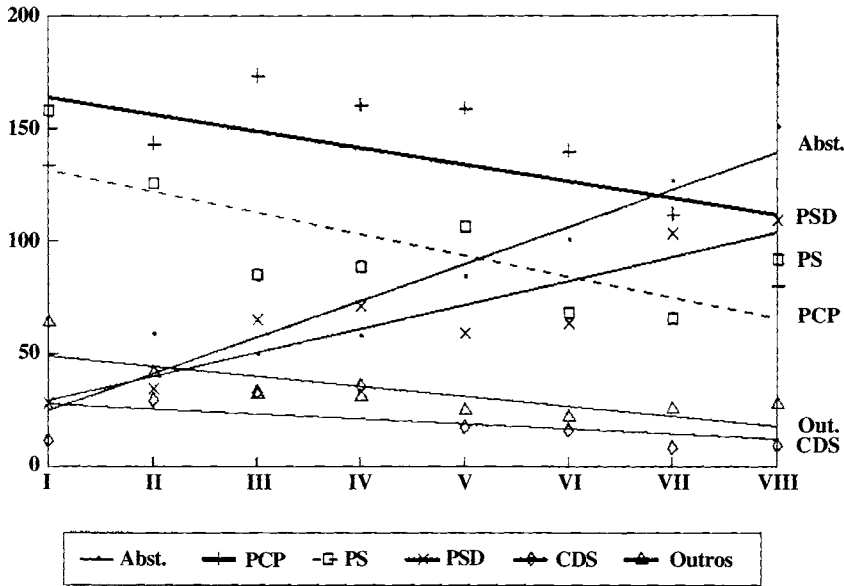
O padrão estrutural do NCINT é, no entanto, bastante diferenciado em relação a qualquer dos outros: o PSD é o partido mais importante desde a primeira eleição, a linha de tendência da votação no PSD é convergente com a linha de evolução da abstenção (o que indica que nesta região terá havido abstenção em eleitores do PSD e continuará a haver para o futuro, o que também poderá ter o contributo da desactualização dos cadernos eleitorais numa região que tem mobilidade social em direcção ao litoral), o CDS tem aqui os seus melhores resultados percentuais e são menos marcados os desvios do padrão de chegada em relação ao que é o padrão estrutural, consequência de um maior estabilidade dos comportamentos eleitorais ou de uma menor sensibilidade às alterações dos quadros políticos.

É, pois, uma região que tem traços característicos de um sistema de comportamentos políticos estáveis e conservadores, onde as oscilações com alguma amplitude aparecem na abstenção e na votação no CDS. Mas o facto de ter a potencialidade de ser a região que «decide» o sentido prático dos resultados eleitorais nacionais para a formação do poder político é uma indicação poderosa sobre o que é a tendência dominante da política portuguesa — reforçando assim a indicação que já tinha sido obtida com a análise da região do Centro Litoral, com uma estrutura de resultados eleitorais idêntica à estrutura dos resultados continentais, mas pertencendo à «família» das estruturas setentrionais (figura n.º 27).

A expectativa de encontrar no Alentejo uma diferenciação eleitoral muito marcada é confirmada pela evidência dos resultados eleitorais: é um padrão estrutural de comportamentos eleitorais distinto do de qualquer outra região, ainda que seja integrável na «família» meridional, onde se encontra a Área Metropolitana de Lisboa e o Algarve. Volta a encontrar-se, no entanto, o efeito de abstenção, que penaliza especialmente o PCP e o PS e que é favorável ao PSD (que passa mesmo a ser, nas últimas eleições, o primeiro partido na região, um resultado inesperado mesmo em função da história eleitoral anterior), e também se encontra um padrão de chegada muito diferente do padrão estrutural (com prejuízo para o PCP e vantagem para o PS neste ponto concreto).

## Alentejo

[FIGURA N.º 27]



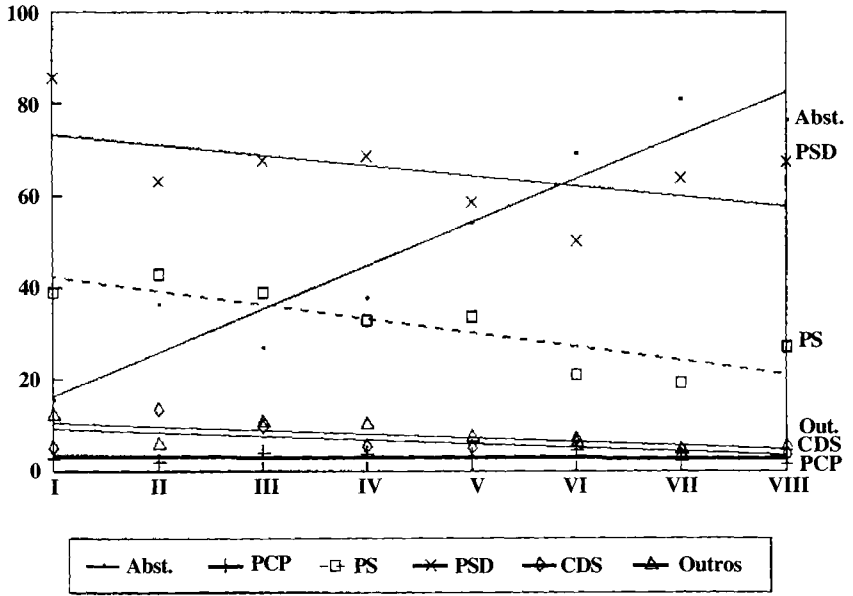
Pelo seu contraste com as outras regiões e, em especial, pelo seu afastamento à região «média» que é o Centro Litoral, o Alentejo também permite mostrar o elevado grau de turbulência dos comportamentos eleitorais — mesmo que os resultados possam parecer, a uma observação superficial, muito semelhantes ao longo do tempo. Dentro da sua singularidade em relação ao quadro nacional, o subsistema eleitoral do Alentejo revela uma efectiva sensibilidade às variações dos contextos políticos (figura n.º 28).

A passagem para as regiões autónomas faz aparecer um padrão estrutural muito diferente de todos os que foram encontrados até agora, implicando mesmo uma reformulação do quadro analítico, na medida em que aqui a abstenção atinge todos os partidos, deixando de aparecer como um factor favorável ao PSD. E, embora possa existir de comum com as regiões do continente a dualização do sistema partidário, com o eleitorado concentrado no PS e no PSD, a verdade é que a dinâmica do sistema eleitoral nos Açores não tem comparação com o que se encontrou nas outras regiões: o grau de turbulência nos comportamentos eleitorais é muito reduzido, tudo se limitando, de facto, à evolução da abstenção (figura n.º 29).

A Madeira revela, por fim, o caso extremo de um padrão de partido dominante — que consegue mesmo, por comparação com o que se passa nos Açores, manter a abstenção em valores reduzidos. Não se justifica sequer falar de dualização do sistema partidário, pois a superioridade relativa do PS em relação a CDS e «Outros» não tem relevância perante a distância em que está do PSD.

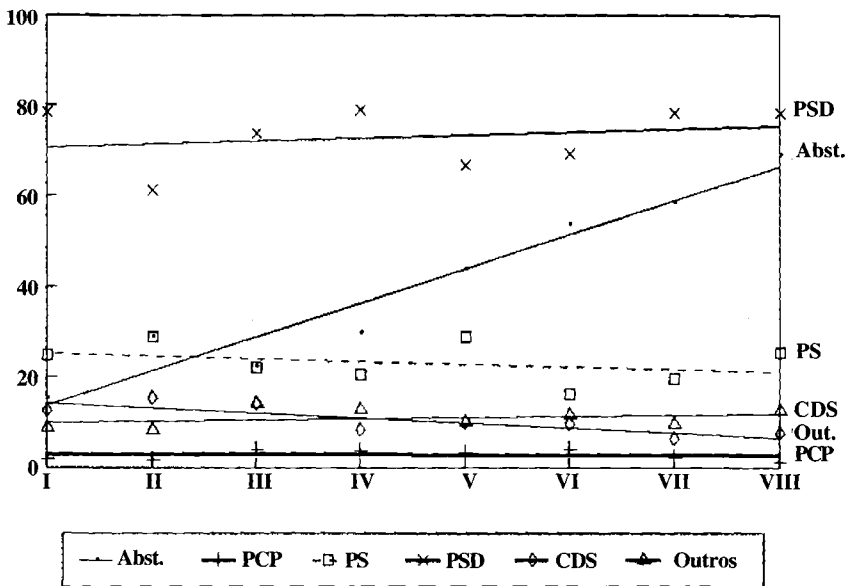
Açores

[FIGURA N.º 28]



Madeira

[FIGURA N.º 29]



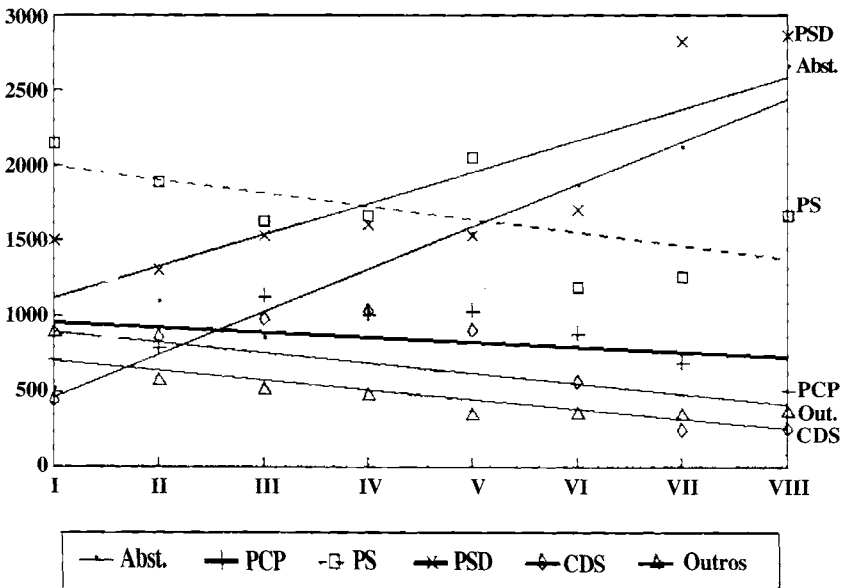
Estes dois casos das regiões autónomas, ainda que diferentes entre si, estabelecem uma terceira «família» de comportamentos eleitorais, mas que não apresenta sinais de interacção ou de sensibilidade com o que se passa nas regiões continentais. Por contraste, os Açores e a Madeira ajudam a identificar a diversidade de situações nas várias regiões de Portugal, mas também permitem reforçar a percepção de que a interacção das regiões do continente é muito mais intensa do que é a interacção das regiões insulares com as evoluções dos contextos políticos continentais.

Identificadas estas diferenças entre a dinâmica eleitoral no continente e nas regiões insulares (que merecem um outro tipo de análise, que está fora do âmbito deste texto), justifica-se estabelecer uma síntese breve através da consideração dos resultados continentais agregados, que, como se poderá ver na figura n.º 30, têm a mesma forma estrutural que se encontrou na região do Centro Litoral.

Na primeira análise dos comportamentos eleitorais das regiões, sem considerar o efeito da abstenção, os factores críticos explicativos eram, para além da primeira eleição como momento fundador do sistema partidário e do sistema eleitoral, a AD, o PRD e as maiorias absolutas do PSD. Quando se inclui o efeito da abstenção e se estrutura a análise regional em função deste indicador, a assimetria e a não-homogeneidade da abstenção, assim como a diferenciação das regiões, aparecem como factores explicativos essenciais dos resultados eleitorais. No seu conjunto, todos estes factores identificam um quadro explicativo que revela informações ocultas nos resultados nacionais gerais (figura n.º 30).

## Continente

[FIGURA N.º 30]



A síntese das informações recolhidas na análise das tendências dos resultados eleitorais, que se encontra neste último quadro dos valores continentais, permite identificar dois novos tipos de «atractores» analíticos, o efeito das regiões e o efeito da abstenção.

Utilizando como padrão comparativo os resultados totais continentais (não considerando, portanto, a singularidade constituída pela «família» insular), é significativo o efeito da abstenção: identificando uma relação de saída do eleitorado dos que se sentem desiludidos com as posições políticas de partidos localizados no quadrante da esquerda, a abstenção é um factor crítico dos sucessos eleitorais do PSD<sup>22</sup>.

Esta importância da abstenção como factor explicativo da evolução eleitoral em Portugal obriga a considerar o efeito da frustração das expectativas como factor de interpretação dos comportamentos eleitorais. Há no quadrante da esquerda uma evidente dificuldade em manter a mobilização gerada na fase inicial com a apresentação dos seus valores políticos ou das suas promessas eleitorais. Será este efeito de frustração de expectativas exclusivo do quadrante da esquerda ou poderá ele estender-se ao outro quadrante da direita?

### 3. CONTEXTO

A interpretação eleitoral obriga a estabelecer o modo como se passa de motivações individuais, de cada eleitor no seu acto individual de votar, para o resultado global, para o que vai ser identificado como a expressão da vontade política do eleitorado. Esta passagem do nível individual para o nível colectivo implica o recurso a filtros intermédios, que são novos modos de organização dos números (quando se passa do nível colectivo para o nível individual) ou que são modos de referência que diferentes grupos de eleitores utilizam para racionalizar a sua escolha e para interpretar o que pode ser a evolução imediata desse sistema político.

Estes filtros intermédios podem ir desde a dimensão regional de reconfiguração dos resultados eleitorais até às configurações sociais de interpretação do quadro de possibilidades políticas onde o conhecimento do resultado eleitoral possa ter um efeito de decisão relevante: «cada eleitor pronuncia-se não só em função de disposições sócio-políticas mais ou menos definidas, mas também em relação às situações políticas. Responde a estruturas de oferta ao mesmo tempo homogéneas (em consequência da tendência para a

---

<sup>22</sup> É inevitável a ligação com as teses de Albert Hirschman em *Exit, Voice and Loyalty*, Cambridge University Press, 1971; v. também Albert Hirschman, *Shifting Involvements, Private Interest and Public Action*, Princeton University Press, 1982. Uma parte do eleitorado português manifestou-se pela via do *exit*, preferindo sair do sistema a ter de aprovar uma alternativa ao que considera ser o seu interesse político. Esta atitude de saída pode ser, simplesmente, uma posição de desinteresse, mas os resultados eleitorais em Portugal são, pelo menos, significativos de que a abstenção tem uma origem bem definida em termos dos quadrantes classificativos das opções políticas.



integração dos mercados políticos) e variáveis em função das eleições, do período, do modo de escrutínio, das circunscrições, dos campos de concorrência e dos territórios. A cada eleição corresponde uma estrutura de oferta, portanto uma estrutura de votação específica dentro dos limites definidos pelas condições que determinam as relações de troca nos mercados. Isto implica também que os votos sejam função do trabalho dos empresários, que os votos se ganhem e se percam, que uma eleição se ganhe pela qualidade da campanha, designadamente pela adequação dos candidatos e dos discursos às expectativas dos diversos segmentos do eleitorado que a relação de concorrência suscita ou reactiva»<sup>23</sup>.

A importância das diferenciações regionais (que incluem, necessariamente, uma componente sociológica de estilos de vida, de modos de experiência e de relações de solidariedade em agregados sociológicos com maior homogeneidade) ficou revelada nas páginas anteriores. Mas a importância do contexto em que se disputam as eleições também não está em dúvida, pois cada relação concreta de concorrência entre partidos estabelece-se em função do que aparece como relevante em cada período. E, quanto maior for a intensidade das mudanças desse contexto, mais significativos serão os factores constantes que se detectarem na interpretação dos resultados eleitorais, isto é, mais reveladores serão os factores que se repetem, apesar das variações das problemáticas políticas e dos modos como os eleitores integram essas problemáticas nos seus processos de escolha.

### 3.1. AS CLIVAGENS POLÍTICAS

A formação do sistema partidário português, em 1974, ainda está inserida num sistema de configurações de clivagens políticas tradicionais e que condicionaram a evolução secular da cultura política europeia. Pelo seu imaginário, pelos seus valores e, sobretudo, pelo papel central que tem a referência ao Estado nacional, a mudança de regime em Portugal ainda está inserida na tradição política, na configuração interpretativa, nascida com a Revolução Francesa de 1789.

A clivagem Estado/Igreja, inerente à própria formação do Estado como entidade política dotada de autonomia e de responsabilidade, está presente na expressão laicizada da função política, sem interferência de valores transcendentais que se diferenciavam dos conflitos de interesses objectivos e materiais entre grupos sociais. Não obstante este laicismo essencial, esta clivagem também está presente nas vicissitudes da formação de um partido democrata-cristão, que é instrumental na resolução de uma adaptação dos valores da Igreja católica à democracia depois do seu longo e complexo compromisso com o regime autoritário, mas com quem a Igreja institucional nunca se identifica inteiramente. No

---

<sup>23</sup> Daniel Gaxie, «Le vote comme disposition et comme transaction», in Daniel Gaxie (dir.), *Explication du vote — un bilan des études électorales en France*, Paris, Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1985.

entanto, o seu lançamento tardio (depois do PPD, que assim ofereceu mais cedo a oportunidade de recuperação e de reconversão de elites políticas que estavam integradas no regime anterior), a sua dificuldade de implantação eleitoral (agravada depois da sua participação na AD, quando a sua utilidade como pequeno partido de aliança perde interesse para o eleitorado) e a complexidade que se colocava à sua afirmação ideológica (num sistema político com o centro de atracção deslocado para a esquerda) acabaram por justificar que a Igreja procurasse outros canais de expressão dos seus interesses políticos (preferindo, no essencial, utilizar uma via autónoma de relação com as instituições políticas detentoras do poder e com as personalidades que as foram corporizando ao longo do tempo).

A clivagem centro/periferia, que foi vital no processo de integração dos Estados modernos, tem tido diversas manifestações no sistema político português. Logo na sua fase de fundação e de implantação, o sistema político foi interferido por uma diferenciação Norte-Sul, que, como se viu na análise regional, tem uma efectiva confirmação nos comportamentos eleitorais. Por outro lado, a importância atribuída ao poder local, como modo de expressão da democracia, como oportunidade de formação de novos dirigentes políticos ou como base de resistência de interesses locais ao poder central (mais exactamente ao modo como o poder central exerce a sua função distributiva, essencial na política portuguesa), aparece em diversos períodos da evolução política, como se fosse um espaço residual de acção política quando o poder nacional se encontra num dos extremos da sua oscilação, seja numa grande estabilidade, seja numa grande instabilidade. Finalmente, é evidente a importância das estruturas políticas das regiões autónomas, às quais ficam associados subsistemas políticos muito diferenciados das estruturas políticas continentais, como se a descontinuidade geográfica fosse mais importante na formação das escolhas eleitorais do que as identidades sociológicas e culturais.

A clivagem urbano/rural, historicamente importante para a determinação da justiça eleitoral em termos da organização do recenseamento (onde os interesses rurais eram sobreprotegidos pela identificação dos critérios de inscrição nos cadernos eleitorais baseados na propriedade), teve uma importância menor do que as duas anteriores, até porque a adopção do princípio do recenseamento universal esbateu naturalmente este factor tradicional de conflitualidade política. Apesar disso, o papel de organizações de agricultores na fase inicial de consolidação do sistema partidário e a capacidade que lhes foi atribuída de serem «legitimadoras» da democraticidade e do pluralismo de partidos políticos mostram que os vestígios desta clivagem tradicional ainda exerceram alguns efeitos.

A clivagem proprietários/trabalhadores, gerando a distinção entre os partidos burgueses e os partidos operários, é central na história política europeia durante mais de um século e tem um papel de primeira importância na organização do sistema político português e como configuração referenciadora dos comportamentos eleitorais. Em combinação com a clivagem Este/Oeste, que é a vertente

externa daquela clivagem interna, estas terão sido as linhas principais da conflitualidade política em torno das quais se disputaram as eleições em Portugal e foram elas ainda as que se revelaram indispensáveis para a interpretação dos comportamentos eleitorais nas oito eleições legislativas aqui estudadas. Neste sentido, a dinâmica política em Portugal insere-se, sem margem para dúvidas, nas correntes políticas europeias modernas, não revelando qualquer desfasamento comparativo com os outros sistemas políticos europeus.

Serão estas indicações seguras para o futuro, designadamente num sistema eleitoral onde a evolução e a concentração da abstenção — isto é, a perda de motivação para votar de segmentos diferenciados do eleitorado — têm um efeito crítico na decisão eleitoral?

### 3.2. A SOCIEDADE ABERTA

Todas as clivagens referidas estão estruturadas em espaços políticos delimitados e fechados, são inerentes à organização dos Estados nacionais, protegidos por fronteiras, dentro das quais o poder político nacional tem uma efectiva capacidade de regular as relações sociais e até as configurações que racionalizam os comportamentos individuais e de grupo. É ainda esta delimitação tradicional do campo de acção política relevante que é a condição principal da permanência das estruturas neopatrimonialistas, típicas da sociedade portuguesa, baseadas no princípio geral do distributivismo paternalista, com origem em centros patrimoniais e no Estado<sup>24</sup>. Mas também são estas características tradicionais que ficam radicalmente postas em causa com o processo de abertura das sociedades europeias, da sua integração em espaços mais vastos e de maior potência, mas onde deixa de ser possível manter os padrões de regulação política que eram eficazes antes<sup>25</sup>.

O que está posto em causa nesta dinâmica de abertura das sociedades europeias modernas é a súbita desactualização daquelas configurações sociais que tinham, tradicionalmente, maior relevância para a formação dos comportamentos eleitorais: os quadros de expectativas de diversos segmentos dos eleitorados nacionais deixam de corresponder aos quadros de possibilidades da acção política dos responsáveis nacionais; por isso, as propostas e promessas distributivas, ou mesmo as condições de regulação de equilíbrios de interesses internos, deixam de poder ser cumpridas, instabilizando a relação do eleitorado com os dirigentes políticos. Mantendo a análise circunscrita às relações eleitorais,

<sup>24</sup> Joaquim Aguiar, «Formas de dominação e sociedade: o caso do neopatrimonialismo», in *Análise Social*, n.º 96, 1987.

<sup>25</sup> Otto Hintze, «Nature et transformation de l'État moderne» (1931), in *Féodalité, capitalisme et État moderne*, Paris, Éditions de la Maison des Sciences de l'Homme, 1991. Para além da qualidade da análise, este texto tem o interesse adicional de mostrar que a novidade deste tema é bem menor do que alguns gostariam que fosse.

esta alteração súbita dos quadros tradicionais altera o contexto em que as eleições se realizam, implicando que a eleição se estabeleça na base de um equívoco essencial (quando os eleitores mantêm a convenção de que nada de substancial mudou nas condições de acção política) ou na base de uma impossibilidade (se são mantidas promessas tradicionais quando já não existem os instrumentos, nos espaços nacionais e dentro dos sistemas políticos nacionais, que permitiam concretizá-las).

A previsão das consequências deste equívoco essencial ou desta impossibilidade, quando reflectidos nos comportamentos eleitorais, é relativamente segura: deverá acentuar a fixação dos núcleos duros dos eleitorados partidários, numa reacção de protecção perante esta insegurança, mas deverá aumentar a tendência para a abstenção por efeito de desilusão, por efeito de desinteresse ou por efeito de indiferença naquela zona do eleitorado que tem um grau de participação política menos intenso. No caso português, isto significará que o factor crítico que foi a abstenção no passado continuará a fazer-se sentir — mas agora incidindo também em áreas partidárias que estiveram, nas eleições anteriores, imunes a esse efeito, para além de persistirem as razões de abstenção que se tornaram estruturais ao longo das passadas oito eleições.

A confirmar-se esta tendência, haverá uma alteração significativa nos comportamentos eleitorais e no padrão dos resultados eleitorais, justificando-se mesmo considerar que as eleições de 1991 constituem o fim de um ciclo iniciado em 1975. Numa perspectiva estritamente formal poderia propor-se que o primeiro ciclo se encerrou nas eleições de 1985, pois estas são as últimas eleições antes da adesão à Comunidade Europeia, em Janeiro de 1986. Porém, esta perspectiva formal não tem nenhuma correspondência com as motivações do eleitorado, justamente porque este só terá sentido os efeitos reais da abertura da sociedade portuguesa e as consequências inerentes na actividade económica e no distributivismo de Estado quando se realizarem as eleições previstas para Outubro de 1995 (que, se forem antecipadas, já o serão em função e como tentativa de resposta a esses efeitos). É justificado considerar-se que as duas últimas eleições e os seus resultados excepcionais foram influenciados pelo contributo positivo dos estímulos comunitários, mas o essencial das configurações problemáticas ainda estava centrado na absorção dos desequilíbrios, sobretudo de tipo político-constitucional, vindos do passado. As próximas eleições, pelo contrário, estarão já marcadas por uma configuração de problemáticas muito diferente, pelos efeitos reais da integração comunitária, o que terá implicações novas na estrutura dos comportamentos eleitorais e, em especial, na estrutura da abstenção.

### 3.3. AS NOVAS CLIVAGENS POLÍTICAS

Estas mudanças políticas, alterando os campos de acção, as referenciações estratégicas orientadoras das decisões políticas e as configurações sociais orientadoras dos comportamentos eleitorais, também são oportunidades para novas expressões políticas, para novas propostas programáticas. Porém, isso não

ções partidárias existentes, pelas personalidades políticas influenciadas pelas suas experiências passadas ou pelas regiões e os seus padrões de interesses sociais, também eles ainda racionalizados em função das relações do passado. As novas clivagens políticas podem ser identificadas, mas não é fácil encontrar o modo de as traduzir dentro dos sistemas partidários estabelecidos. Neste sentido, o aumento da volatilidade do eleitorado e a mistura instável de segmentos do eleitorado (de interesses sociais e de interesses regionais) parecem ser as tendências mais prováveis, dificultando a formação de um poder político estável.

As clivagens tradicionais estavam enraizadas num longo processo histórico, tinham tradução em objectivos políticos que eram centrais na organização dos Estados nacionais e geraram partidos políticos que as utilizavam como referenciadores nucleares das suas posições políticas. Eram clivagens a que correspondiam perspectivas globais sobre a sociedade e, por isso mesmo, tinham o estatuto de alicerces de modelos de sociedade e de padrões ideológicos.

As novas clivagens políticas, aquelas que ganham relevância nas novas condições das sociedades modernas, abertas e competitivas, têm um estatuto muito diferente. Ou são temas de decisão política (que, na literatura anglo-saxónica, são designados por *issue politics*) ou são dilemas particulares decorrentes dos contrastes entre a tradição (sociedade fechada) e a modernidade (sociedade aberta). Não são, nem pretendem ser, organizadores globais de comportamentos, não são visões do mundo, modelos de sociedade ou ideologias. Isto é, não têm a potência orientadora que estava associada às clivagens tradicionais; são mais sintomas do contexto de crise das sociedades modernas do que respostas a essa crise. Alguns exemplos do que são as novas clivagens políticas permitirão clarificar o argumento.

A questão nacional, que era uma questão resolvida ou estabilizada pela própria formação do Estado nacional, é agora motivo de uma clivagem entre nacionalismo e integração federalista. Contudo, este neonacionalismo não é comparável, mesmo quando usa terminologia equivalente, ao nacionalismo fundador dos Estados nacionais, na medida em que tem de se afirmar e de se justificar hoje em função de condições de viabilidade e de autonomia económicas que são muito diferentes das que existiam nas sociedades tradicionais, basicamente fechadas e tendencialmente auto-suficientes. Pelo contrário, a integração federalista é hoje orientada por critérios de formação de um espaço vital económico, a que só indirectamente está associado um projecto político consistente. Ainda que as designações de «nacionalismo» e de «federalismo» possam sugerir a continuidade com problemáticas do passado, os seus conteúdos alteram-se com a alteração do contexto. Porém, não há nenhuma garantia de que os eleitorados compreendam as implicações destas diferenças, em grande medida, porque elas não se integram em novas fórmulas ideológicas de grande alcance, antes aparecem como pormenores técnicos e instrumentais<sup>26</sup>. Não será impossível

---

<sup>26</sup> Joaquim Aguiar, «Para além do Estado nacional: da crise política à crise de conceitos», comunicação ao Congresso de Sociologia, Fevereiro de 1992, in *Análise Social*, n.ºs 118-119, 1992.

que, no quadro de uma eleição, o equívoco dos eleitores se some à impossibilidade das propostas políticas apresentadas (onde um estrito neonacionalismo teria de implicar uma drástica redução das potencialidades de desenvolvimento económico e dos níveis de vida, o que, naturalmente, jamais será reconhecido pelos seus proponentes).

A questão da mudança, tradicionalmente integrada numa estratégia de gestão de equilíbrios e de tensões entre grupos sociais nacionais, aparece agora como uma clivagem entre, de um lado, ordem, segurança e estabilidade e, de outro lado, movimento, inovação e competição, mas quando esta diferenciação de atitudes já não se pode considerar referenciada ao espaço nacional. Uma divisão clássica como a que se estabelecia entre direita e esquerda perde aqui qualquer relevância: uma posição de esquerda é compatível com a defesa dos valores da ordem, da segurança e da estabilidade (como se encontra na generalidade das posições sindicais modernas), e uma posição de direita pode expressar-se em nome do movimento, da inovação e da competição (como se verifica em algumas empresas com maior potencial de modernização). As atitudes do eleitorado nestes temas não são extrapoláveis das experiências do passado e, em muitos casos, a escolha de cada eleitor estará mais dependente dos seus horizontes individuais do que de uma específica posição social ou mesmo política.

As questões relacionadas com o Estado aparecem, nas condições modernas, concentradas em dois tipos de problemática: a da área de intervenção do Estado e a do modo de financiamento dessa actividade do Estado. As alterações que têm ocorrido nestes temas não são, todavia, resultado de um debate de tipo ideológico, estão a acontecer por implicação de circunstâncias práticas e operacionais, que acabam por resolver o debate clássico através da sua desactualização. A complexidade das relações económicas desenvolvidas por empresas que operam para além dos espaços nacionais tradicionais contribuíram mais para reduzir as propostas de intervencionismo do Estado do que todos os debates sobre a superioridade relativa da regulação privada ou do intervencionismo do Estado. Em contrapartida, contudo, os desequilíbrios sociais criados por esta complexidade das novas relações económicas, em especial quando põem em causa a continuidade dos sistemas de segurança social, geram uma nova necessidade de intervencionismo do Estado, como se a destruição competitiva não fosse sustentável sem esta forma complementar de protecção estatal (ou de protecção social garantida por entidades nascidas da integração federalista).

Esta evolução conduz, necessariamente, a uma outra clivagem instrumental, à necessidade de escolha entre o financiamento das funções do Estado pelo endividamento ou pela fiscalidade. Também aqui a distinção entre esquerda e direita como posições políticas perde capacidade de diferenciação, misturando-se opções de índole geral (liberalismo ou intervencionismo) com interesses de ordem particular (quem paga os impostos e quem sofre as consequências dos

défices orçamentais). E pode mesmo acontecer que opções do mais estrito neoneoliberalismo apareçam associadas a defesas do financiamento das funções do Estado pelo endividamento externo, o que, sendo uma contradição, não deixa de ser uma posição política susceptível de merecer escolha eleitoral significativa — mas a que dificilmente se pode associar uma estratégia política consistente.

A clivagem política essencial na democracia continua a ser a que se estabelece entre a representatividade e a participação directa. Mas também aqui as mudanças das sociedades modernas não contribuem para a clarificação das escolhas. A maior complexidade das relações políticas e os efeitos da competitividade entre sociedades abertas apontam para uma crescente especialização dos agentes de decisão, recomendando um maior controle do processo de selecção dos representantes — tanto na sua competência como no âmbito estrito dos seus poderes. Mas a difusão de instrumentos de comunicação, integrando vastas audiências em relações interactivas, aparece como uma promessa de democracia directa — só que em temas de tal modo simplificados que já nada teriam a ver com a complexidade real da decisão política. Em lugar de tender para uma clarificação, também esta clivagem parece estar a evoluir para uma maior opacidade, para uma ilusão de transparência e para uma crescente dificuldade de comunicação entre os dirigentes políticos e o eleitorado. Isto é, não se ganha em participação efectiva e perde-se em dignidade e em responsabilidade dos representantes políticos<sup>27</sup>.

Finalmente, a reabilitação de uma clivagem do passado estabelecida entre o laicismo e o fundamentalismo, que se julgaria superada pela evolução cultural, é uma manifestação dos efeitos da crise contemporânea nos valores da racionalidade, que, sob diversas formas, era o centro orientador do argumento democrático e das virtudes cumulativas da educação cívica. A reentrada de valores transcendentais nos processos de decisão política introduz uma forma de intermediação que não é controlável pelos procedimentos democráticos nem obedece às normas da legitimidade democrática.

Se as clivagens políticas tradicionais foram modos de organização de grupos de interesses e, portanto, foram factores de ordenação dos comportamentos políticos (mesmo quando essa ordenação tinha uma resultante competitiva), as novas clivagens estabelecem um outro efeito, a divisão na sociedade entre os que têm (ou acreditam ter) capacidade competitiva nas sociedades abertas e os que desistem desse desafio e preferem procurar a defesa ou o refúgio na sociedade fechada. A classificação destas atitudes em termos da divisão modernizadores/tradicionalistas, que assim apareceria como a macroclivagem essencial,

---

<sup>27</sup> Helmut Schmidt refere a impossibilidade de integrar a complexidade das questões políticas modernas em comunicações de 80 segundos — o tempo ideal para os blocos informativos da televisão. E a observação da generalidade dos *talk shows* políticos revela a que limites de caricatura rudimentar pode ser levado o debate político — não se podendo esquecer, no entanto, que muitos eleitores estarão a obter por esta via a única informação que têm sobre o que é o debate político.

integrando todas as outras, parece impor-se naturalmente — mas tem consideráveis dificuldades de operacionalização na análise política<sup>28</sup>.

Esta divisão não é estruturada em termos de classes ou grupos sociais, está dependente da formação adquirida, do tipo de trabalho ou mesmo da organização em que se trabalha. É uma divisão que tem uma significativa componente pessoal, de biografia individual, mas também depende de circunstâncias colectivas, organizacionais, que lhe oferecem um quadro de viabilidade ou de impossibilidade que transcende as vontades individuais<sup>29</sup>. É, também uma escolha ou uma classificação que depende da localização regional — nem todas as regiões têm as mesmas condições de modernização e de competitividade, o que distorce as determinações de vontade individual, designadamente porque estes efeitos de desigualdade objectiva se acumulam com as distorções tradicionais geradas pela estrutura de classes. Finalmente, a escolha por uma dessas grandes opções é, em geral, função da idade de cada indivíduo, de cada eleitor, pois a sua capacidade competitiva ou o reconhecimento social da sua capacidade de adaptação variam com o seu nível etário — o que é uma mobilidade automática de estatutos sociais geradora de um novo tipo de insegurança nas sociedades modernas de mudança rápida, com profundas implicações nos padrões eleitorais.

Grau de formação, tipo de trabalho, empresa, região, idade — estes não são os atributos tradicionais de diferenciação dos comportamentos políticos e eleitorais. Quando as novas clivagens políticas apelam para estes novos tipos de selecção eleitoral, terá de se esperar o aumento da volatilidade eleitoral quando comparada com as flutuações que se encontraram nas eleições disputadas num outro contexto.

Os partidos políticos estabelecidos encontram múltiplas dificuldades na sua adaptação a estas novas circunstâncias e condições de acção política. Foram constituídos na base das clivagens tradicionais, é essa a referenciação da experiência dos seus dirigentes, foi em função desses valores e objectivos que conquistaram posições de influência e que organizaram a relação com os seus eleitorados. Para poderem exercer uma função de orientação efectiva nas novas circunstâncias têm de aceitar transformações internas de grande intensidade, o que ameaça a estabilidade das suas direcções políticas, ao mesmo tempo que fragmenta os seus eleitorados.

Estas novas clivagens políticas, geradas pelo processo de mudança das sociedades modernas, estabelecem um quadro geral de indecisão política onde tenderá a aumentar a importância eleitoral da abstenção — mas de um modo que, por comparação com a abstenção do passado, é imprevisível. Não há agora nenhum critério que permita prever a sua concentração em algum partido ou quadrante de localização no eixo ideológico, como não há nenhum critério que permita prever uma sua distribuição tão homogénea que lhe viesse a retirar o

---

<sup>28</sup> Zygmunt Bauman, *Intimations of Modernity*, Londres, Routledge, 1992; Barry Smart, *Modern Conditions, Postmodern Controversies*, Londres, Routledge, 1992; Ulrich Beck, *Risk Society: towards a New Modernity*, Londres, Sage Publications, 1992 (1986).

<sup>29</sup> V. Pierre Bourdieu, *La misère du monde*, cit.



efeito eleitoral que teve no passado. Até que haja observações suficientes dentro deste novo contexto, não se sabe onde vai incidir o peso da abstenção, só se sabe que será um peso importante.

No caso português, o facto de a abstenção ter sido estruturalmente assimétrica torna esta alteração da dinâmica abstencionista ainda mais importante. Bastaria uma maior homogeneidade na distribuição da abstenção pelos partidos ou pelos quadrantes de esquerda e de direita para que os efeitos da legislação eleitoral proporcional voltem a gerar a fragmentação da representação parlamentar e a consequente fragilização do poder político executivo. Para se obter essa maior homogeneidade será suficiente que haja uma melhor distribuição da desilusão ou do insucesso, justificando uma melhor difusão da atitude de saída, isto é, de uma situação em que não há motivação de escolha eleitoral.

A possibilidade de contrariar este efeito da abstenção, neste tipo de evolução que aponta para um substancial aumento da volatilidade do eleitorado e também da alteração do perfil da abstenção, passa a ficar dependente da capacidade do sistema partidário para se dualizar de um modo mais acentuado do que aconteceu até agora<sup>30</sup>. Não será isso que irá alterar a volatilidade do eleitorado, mas permitiria controlar o seu efeito de fragmentação do poder.

A dualização do sistema partidário é uma estratégia de tipo defensivo, mas é uma das duas atitudes que estão ao alcance da actual geração de dirigentes políticos. A outra, a concentração de alianças centrais, será, por comparação com a primeira, uma atitude ultradefensiva, gerando, simultaneamente, o aumento e a homogeneidade da abstenção, generalizando os comportamentos eleitorais de saída — marginalizando a «voz» e limitando a «lealdade» a contrapartidas materiais.

Estas duas estratégias, inseridas no quadro de possibilidades mais provável, obriga a passar para o nível de análise mais geral, o do sistema político e o das suas articulações com o sistema partidário e o sistema institucional.

Um sistema político como o português, centrado na distribuição e pouco orientado para a produção (mesmo quando pretende entrar na área da produção, como aconteceu com a política das nacionalizações, depressa se verifica que a única intencionalidade é distributiva, de rendimentos ou de lugares de influência), apresenta uma incompatibilidade central com as exigências da competitividade. Um sistema político com potencialidade de orientação em relações competitivas tem de gerar um poder político estratégico, ele próprio sustentado e legitimado em processos permanentes de concertação estratégica entre operadores diversos.

Um sistema partidário como o português, especializado na oferta de protecção a interesses específicos (continua a ser frequente a equivalência entre grau de conflitualidade de interesses e grau de democraticidade do sistema político), apresenta uma incompatibilidade central com a dinâmica de uma sociedade aberta, onde a possibilidade de satisfazer essas promessas está de-

<sup>30</sup> Pierre Avril, *Essais sur les partis politiques*, Paris, Payot, 1990.

pendente da qualidade estratégica das políticas e não da intensidade da conflitualidade. A compreensão de que se passou de uma dinâmica de jogo de soma nula num campo delimitado por fronteiras para uma dinâmica de jogo de soma variável em espaços abertos implica uma alteração radical das práticas e dos enquadramentos partidários.

Um sistema institucional como o português, alimentado pelo conflito negativo (um poder institucional aumenta a sua relevância e a sua capacidade de influência quando consegue atacar com êxito outro ou os outros poderes institucionais, o que implica que não haja uma propensão natural para a concertação estratégica de poderes institucionais convergentes), onde cada agente institucional está interessado em explorar as dificuldades dos outros (ainda que com a justificação formal de assim estar a preservar os equilíbrios institucionais), apresenta uma incompatibilidade central com as necessidades de reformulação das linhas de orientação estratégica em resposta rápida às alterações das condições de acção política.

Neste novo contexto, das condições políticas e das implicações que elas terão na articulação entre os elementos do sistema político, uma decisão eleitoral que continuará a ser criticamente influenciada pela não-decisão, pela abstenção, aumenta o seu grau de imprevisibilidade — porque não se sabe o que poderão ser as novas motivações da abstenção.

Não se chega a esta conclusão indeterminada pelo simples gosto de manter o mistério sobre os resultados eleitorais, que, de facto, não teriam nenhum interesse se pudessem ser previstos com rigor. Pelo contrário, parece justificado sublinhar esta conclusão indeterminada porque ela evidencia que, por razões inerentes à mudança do contexto e à alteração das configurações sociais relevantes para a escolha eleitoral, as próximas eleições serão diferentes do padrão definido pelas anteriores, abrem um outro tipo de ciclo. Elas serão, muito provavelmente, eleições de transição de uma geração de dirigentes políticos (em sentido amplo) e eleições inaugurais de um novo ciclo político.

Se for cumprido o calendário eleitoral normal e essas próximas eleições legislativas se realizarem a três meses das próximas eleições presidenciais, é também muito provável que esse período eleitoral venha a ser uma oportunidade de reformulação das relações institucionais. Este poderá mesmo ser o ponto culminante do processo de transição que aqui ficou esboçado: a alteração do contexto em que opera o sistema político e a alteração dos padrões eleitorais irão gerar a reavaliação crítica do funcionamento do sistema institucional — relações entre o Presidente da República e o governo, relações entre o governo e o parlamento, modo de articulação entre os poderes de legitimação democrática e o poder judicial —, e isso acontecerá muito mais por imposição das novas circunstâncias e das velhas deficiências do que por qualquer outra razão.

Este breve esboço de previsões serve, afinal, para sublinhar uma das características essenciais da política, a combinação da estrutura com a contingência, a combinação da *virtù* com a *fortuna*, a responsabilidade de conhecer e de compreender para poder inovar com sentido estratégico e com sentido de futuro.